



TERMO DE REFERÊNCIA 18/2022

1. DO OBJETO

Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede, tomando por base o art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA

A dedetização e a desratização são formas de controle de pragas. Sua finalidade é eliminar os focos onde determinados insetos e ratos possam se desenvolver ou, em casos mais extremos, eliminar os próprios agentes (moscas, baratas, escorpiões e outros seres).

A desratização, em especial, é o controle de roedores que podem causar muitos prejuízos financeiros, além de propagar diversas doenças, algumas muito graves. Os ratos podem consumir os alimentos destinados aos humanos, contaminando-os. Também podem defecar e urinar em áreas de convívio do condomínio, sendo que esses dejetos são veículos para transmissão de vírus e bactérias patológicas.

A descupinização é necessária para controlar os cupins para que eles não destruam móveis e imóveis e causem danos físicos e financeiros.

Desinsetização é uma atividade de extrema importância para nossa saúde e do ambiente em que vivemos. A atividade de desinsetização tem como objetivo básico garantir que o ambiente e os produtos que consumimos (alimentícios, farmacêuticos, higiênicos) estejam livres de contaminações causadas por insetos, roedores, pássaros, animais silvestres e outras pragas.

O desalojamento de aves e morcegos é necessário, pois o acúmulo de fezes depositadas em edificações podem vincular uma série de doenças, entre as quais citamos a salmonelose, toxoplasmose, histoplasmose e criptococose. A maioria das zoonoses é causada pelo contato com as fezes, mas podem ser originadas do contato com as penas ou de aves doentes, como piolhos e ácaros. A presença de morcegos em edificações, principalmente de insetívoros, pode ocasionar acúmulo de fezes, causando odores desagradáveis e característicos, além de ocasionar doenças como as citadas acima.

A limpeza da caixa d'água é fundamental para garantir um ambiente adequado e livre de bactérias, para reservar água. A contaminação da água põe em risco a saúde e provoca doenças como diarreia, hepatite, leptospirose, entre outras.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos de serviços a serem adquiridos são:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	Unidade de Saúde Central com área de 1.090m², 3 caixas d'água de 500 litros e 3 caixas d'água de 310 litros.	08	1.700,00	13.600,00
02	Unidade Básica de Saúde Marcon, distancia de 42 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	08	695,00	5.560,00

fixe

mm



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

002

03 7607	Unidade Básica de Saúde Iratim , distancia de 30 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	650,00	5.200,00
04 7608	Unidade Básica de Saúde Chopim , distancia de 18 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	610,00	4.880,00
06 7609	Unidade Básica de Saúde Pedregulho , distancia de 33 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	08	670,00	5.360,00
07 7610	Unidade Básica de Saúde Zugmann , distancia de 27 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	650,00	5.200,00

4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida por profissional designado para tal finalidade, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

JONAS DOS SANTOS BUENO – FISCAL GERAL

JAKELINE APARECIDA MATIAS – FISCAL TÉCNICO

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado aproximado para contratação dos serviços é de R\$ 39.800,00

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

Bloco: 10.301.0005.2020 Atenção Primária à Saúde

10.301.0005.2021 Atenção Especializada

10.301.0005.2022 Assistência Farmacêutica

10.301.0005.2023 Vigilância em Saúde

10.301.0005.2024 Gestão em Saúde

Fonte: 494 Vinculado

303 Livre

7. TIPO LICITAÇÃO

MENOR PREÇO	X	GLOBAL
		ITEM
		LOTE

A opção de licitar em menor preço global, dar-se em razão da economia de escala. Além disso, os referidos serviços que compõem o objeto deste termo, usualmente são comercializados no mercado pelo mesmo fornecedor dados a sua similitude, dessa forma, mantém-se preservada a competitividade.

8. FORMA DE EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

	ÚNICA
X	PARCELADA

Os serviços objeto desse Termo serão realizados em cada Unidade Básica de Saúde com periodicidade de 6 meses, porém o monitoramento deve ser mensal conforme a Resolução - RDC N° 52, de 22 de outubro de 2009, na seção III, art. 4º, inciso II que "define

pxe
mm



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

003

controle de vetores e pragas urbanas como "conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente."

9. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Execução de 12 (doze) meses, vigência de 48 (meses).

O prazo de execução do serviço será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por analogia, dentro do limite previsto na Lei nº 8.666.93.

10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

- Fornecer os produtos conforme especificações do Termo de Referência e do contrato, na qualidade, quantidade e prazos especificados;
- Notificar a Contratante, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do contratado ou impedimento deste;
- Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;
- **NÃO TRANSFERIR A OUTREM O OBJETO DO CONTRATO;**
- Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que o Contratante não aceitará qualquer imputação nesse sentido.
- Arcar com todos os custos inerentes a execução do objeto do contrato


Jakeline Aparecida Matias
Fiscal Técnico
Portaria nº161/2021


Jonas dos Santos Bueno
Fiscal Geral de Contratos
Portaria nº 82/2022


Marly Bevilacqua Maito
Diretora do Departamento Municipal de Saúde
Portaria nº 002/2021


CRISTIANA NEVES OLIVEIRA
ASSESSORA DE CABINETE
PORTARIA Nº 003/2021



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

004

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2022

Solicitamos a gentileza de cotar o material abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água nos prédios das Unidades Básicas de Saúde do Departamento Municipal de Saúde:

Razão Social:

AIRTON ALVES DIAS DEDETIZAÇÃO ME – DIAS DEDETIZAÇÃO

Endereço:

RUA PASTOR RENO PRODOSQUIMISKI, 4881, SÃO FRANCISCO

e-mail:

DEDETIZAÇÃODIAS@GMAIL.COM

Município/UF:

LARANJEIRAS DO SUL/PR

Inscrição estadual:

ISENTO

CNPJ nº:

29.593.079/0001-20

Telefone:

(42) 99861-4957/99163-6179

Representante legal:

TAISA DIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Unidade de Saúde Central com área de 1.090m², 3 caixas d'água de 500 litros e 3 caixas d'água de 310 litros.	08	1.720,00	13.760,00
02	Unidade Básica de Saúde Marcon, distancia de 42 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	08	740,00	5.920,00
03	Unidade Básica de Saúde Iratim, distancia de 30 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	680,00	5.440,00
04	Unidade Básica de Saúde Chopim, distancia de 18 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	630,00	5.040,00
06	Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distancia de 33 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	08	710,00	5.680,00

Carimbo do CNPJ:

28.593.079/0001-20

AIRTON ALVEZ DIAS
DEDETIZAÇÃO - ME

RUA PST REMO PRODOSQUIMISKI 4881

SÃO FRANCISCO

85 303 390 LARANJEIRAS DO SUL PR

Data e Assinatura do representante legal:

Taissa Dias



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.593.079/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/09/2017
NOME EMPRESARIAL AIRTON ALVES DIAS - DEDETIZACAO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DIAS - DEDETIZACAO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R PASTOR RENO PRODOSQUISMISKI	NÚMERO 4881	COMPLEMENTO *****
CEP 85.303-390	BAIRRO/DISTRITO SAO FRANCISCO	MUNICÍPIO LARANJEIRAS DO SUL
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DEDETIZACAODIAS@GMAIL.COM	TELEFONE (42) 9861-4957/ (42) 9163-6179	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/09/2022 às 10:32:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

006

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2022

Solicitamos a gentileza de cotar o material abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água nos prédios das Unidades Básicas de Saúde do Departamento Municipal de Saúde:

Razão Social: Paulo cesar gotz me

Endereço: rua padre aquilis saporiti 193 sala 2

e-mail:decontroldedetiza@gmail.com

Município/UF: parana

Inscrição estadual: isento

CNPJ nº:21.187.363/0001-58

Telefone:(46) 32141085

Representante legal: Paulo cesar gotz

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Unidade de Saúde Central com área de 1.090m², 3 caixas d'água de 500 litros e 3 caixas d'água de 310 litros.	08	R\$1.680,00	R\$13.440,00
02	Unidade Básica de Saúde Marcon, distancia de 42 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	08	R\$650,00	R\$5.200,00
03	Unidade Básica de Saúde Iratim, distancia de 30 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	R\$620,00	R\$4.960,00
04	Unidade Básica de Saúde Chopim, distancia de 18 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	08	R\$590,00	R\$4.720,00
06	Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distancia de 33 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	08	R\$630,00	R\$5.040,00

Carimbo do CNPJ:

CNPJ: 21.187.363/0001-58

Paulo Cesar Gotz - ME

Data e Assinatura do representante legal:

Rua: Padre Aquiles Saporiti, 193 - sala 02 - Centro

86.666-000 Palmas Parana

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS - AV ARAUCÁRIA 3120 - FONE/FAX 46-3254-1166 - CEP 85557000 - PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.187.363/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/10/2014
-----------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL PAULO CESAR GOTZ

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DECONTROL AMBIENTAL	PORTE ME
---------------------------------------------------------------------	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO R PADRE AQUILES SAPORITI	NÚMERO 193	COMPLEMENTO SALA 02
----------------------------------------	---------------	------------------------

CEP 85.555-000	BAIRRO/DISTRITO SANTUARIO	MUNICÍPIO PALMAS	UF PR
-------------------	------------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO DECONTROLDEDETIZA@GMAIL.COM	TELEFONE (46) 9930-0682/ (46) 8824-2709
----------------------------------------------------	--------------------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/10/2014
-----------------------------	------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/09/2022 às 10:30:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MÉDIA R\$ 3.230,44
MEDIANA R\$ 3.230,44
MENOR R\$ 2.530

FILTROS APLICADOS

Descrição

Objeto da Compra

Ano da Compra

DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO

Contratação de empresa especializada em controle de vetores e pragas urbanas para a realização de dedetização e controle adequado de pragas que se encontram alojadas no estuque, forro, telhado e interior do Museu Casa da Princesa, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu das Bandeiras., Aquisição de Serviço de Dedetização e Limpeza de reservatórios de água.

Quantidade total de registros: 2
Registros apresentados: 1 a 2

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00011/2022	00001	Dispensa de Licitação	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		UNIDADE	1	R\$2530	BIOFORTE SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160480 - 5 CIRCUNSCRICAO DE SERVICOS MILITARES	10/03/2022
00022/2022	00001	Dispensa de Licitação	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		UNIDADE	1	R\$3930,88	DESFRAG DEDETIZADORA LTDA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	423002 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS/IOF	25/05/2022



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

009

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: **Contratação de empresa para dedetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos, incineração de ninhos, limpeza de caixa d'água, materiais, insumos e mão de obra nos 09 prédios do Departamento de saúde.**

Especificação de Dotações:

05 – Fundo Municipal de Saúde

001 – Departamento de Saúde

10.301.0005.2020 – Manutenção da Atenção primária à saúde

Conta de despesa 1500 – fonte 494

10.302.0005.2021 Manutenção de Atenção Especializada

Conta de despesa 1600 – fonte de recurso 303

Conta de despesa 1610 fonte de recurso 494

10.303.0005.2022 Manutenção do Programa de Assistência farmacêutica

Conta de despesa 1750 fonte de recurso 494

10.304.0005.2023 Manutenção do Programa Vigilância em Saúde

Conta de despesa 1910 fonte de recurso 303

002 Assessoria Gerencial de Saúde

10.301.0005.2024 Manutenção da Gestão em Saúde

Conta de despesa 2080 fonte de recurso 494

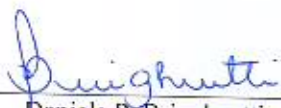
Natureza da despesa do orçamento

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 03 de outubro de 2022.


Daniele P. Bringhentti
Contadora CRC PR-047272/O-2



Parecer de Licitação 153/2022

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente a Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

a. Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede. Limitado ao teto máximo de R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais), do tipo maior desconto por lote, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Saúde.

Coronel Domingos Soares, 04 de outubro de 2022.

**Jandir Bandiera
Prefeito Municipal**



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

011

PROCESSO Nº. 156/2022
PREGÃO Nº. 89/2022 - ELETRÔNICO

EDITAL

Objeto: "Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede."

IMPORTANTE:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 15:00 do dia 27/10/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 do dia 27/10/2022.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: e-mail: licitapmcds@hotmail.com

Fone/Fax: (46) 3254-1166

Horário de expediente: das 8:00h às 12h e das 13:30 as 17:00 em dias úteis.

Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I - Termo de Referência – "objeto detalhado";

Anexo II - Modelo de Declaração de "inexistência de fatos impeditivos";

Anexo III - Modelo de Declaração "que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios";

Anexo IV - Modelo de Declaração de que o proponente "não possui empregados menores de 18 anos";

Anexo V – Declaração de ME ou EPP(opcional);

Anexo VI – inexigível para este certame;

Anexo VII - Modelo de Carta-Proposta para fornecimento do SERVIÇOS;

Anexo VIII - Minuta do Contrato;

Anexo IX - declaração CNAE; e,

Anexo X - declaração de inexistência de vínculo funcional.

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, através do Diário Oficial do Estado do Paraná-DIOE e Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais normas correlatas e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO- Por Lote**, para a aquisição dos objetos descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação, sendo vedada à participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto pretendido pela administração.

1.2. Os documentos referentes às **propostas comerciais** e aos **anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até **27/10/2022 às 15:00**, no site www.licitacoes-e.com.br.

1.3. A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, para disputa de preços, ocorrerá **27/10/2022 às 15:30**, no site www.licitacoes-e.com.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.4. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 5.450/05, art. 24, § 5º).



1.5. Qualquer pessoa, devidamente qualificada (nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica), poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas (artigo 12 do anexo "I" ao Decreto 3.555/00, de 08 de agosto de 2.000), no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.7. Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente edital.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

IV - Em Recuperação Judicial, concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

V - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

VI - Estrangeiras que não funcionem no país.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site **www.licitacoes-e.com.br**.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cel. Domingos Soares - PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002;

*b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;*

*c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;*

*d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;*

*e) **Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;*

*f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;*

4.1.2.1. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

4.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.1.2.4. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

*a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição;*

*b) **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.*

b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2021.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

4.1.4 Demais documentos:

*a) Documento expedido pela Junta Comercial do Estado Sede da empresa (**Certidão Simplificada**, informando a situação em que a empresa se enquadra (microempresas e as empresas de pequeno porte quando for o caso), atualizada deste exercício social (2022).*

*b) **Declarações de (modelos em anexo a este edital):***

- Inexistência de fatos impeditivos;

- Não contratação de menor;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

014

- Declaração de CNAE;
 - Declaração de vínculo funcional;
 - Cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios; e,
 - (opcional) Enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, (modelo anexo a este edital).
- c) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecida por pessoas jurídicas de direito público, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **até às 15:00 do dia 27/10/2022** (Horário de Brasília). Após este horário o sistema não mais permitirá a recepção de propostas sob qualquer pretexto, sendo conveniente frisar que o Município não possui autonomia técnica para, após findo o horário nesta data, absorver propostas retardatárias.
- 5.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 5.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema eletrônico de licitações – licitações-e, sendo obrigatório o preenchimento dos campos “Marca”, “VI Unitário” (valor unitário), “VI Total” (valor total), “Prazo de entrega” (o prazo de entrega não poderá ser superior ao constante no Termo de Referência).
- 5.5.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.**
- 5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.
- 5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.
- 5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, após o encerramento da disputa, deverá gerar sua proposta final pelo sistema “esproposta”, disponibilizado junto ao edital de licitação, decorrendo daí duas obrigações para o licitante, no prazo de até 1 (um) dia útil:
- a. Gerar no próprio sistema “Esproposta” arquivo em formato “pdf” sua proposta de preços final com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal.
 - b. Encaminhar para o e-mail licitapmcds@hotmail.com o arquivo digital em “esl” da proposta gerado pelo sistema “esproposta”, bem como o arquivo em “pdf” citado na alínea “a”.
- 5.8.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances, salvo, em caso de ser assinatura na forma digital.
- 5.9. A Proposta de Preços deverá conter:



- 5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;
- 5.9.2. Preço total por lote, expressos em reais;
- 5.9.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;
- 5.9.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I – Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;
- 5.9.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, email, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento (se houver).
- 5.10. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste edital.
- 5.11. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 5.12. Serão desclassificadas aquelas propostas que:
- 5.12.1. Não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.
- 5.13. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6. ABERTURA DA SESSÃO

- 6.1. **A partir das 15:30 do dia 27/10/2022** terá início à sessão pública deste certame, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, conforme Edital.
- 6.2. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.2.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado no item 9.2.

7. FORMULAÇÃO DOS LANCE

- 7.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto nº 5.450/05.
- 7.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.3.1. Os lances ofertados deverão possuir até 02 (duas) casas decimais após a virgula (R\$ 0,00)
- 7.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.5.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo alcatório, caso não



tenha ocorrido lances para o item e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO);

7.9. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MPEs e/ou EPPs) participando dos itens do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma MPE ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a MPE ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima MPE ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

7.10. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail licitapmcds@gmail.com, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de **INABILITAÇÃO**.

7.11.1. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 4 deste Edital.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

8.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.



8.4. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da Lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:

8.4.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o certame não for exclusivo para MEs.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no subitem c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 10.4, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.

8.5. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município, em horário normal de expediente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

10.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.

10.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.3. É facultado ao Município, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem 10.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

11.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração



falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Cel Domingos Soares – PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

11.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.3. No caso de inadimplemento, o contratado estará sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

11.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

11.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e,

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 11.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. As sanções previstas nos itens 11.3.1, 11.3.4 e 11.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 11.3.2 e 11.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 11.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

11.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Município de Cel. Domingos Soares – PR.

12. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	1500	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1910	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

13. DO CONTRATO

13.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII.



13.2. O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições de fornecimento especificadas neste Edital e seus Anexos.

13.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

14. DO REAJUSTE

14.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

14.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

15. DO FORNECIMENTO, LOCAL E EXIGÊNCIAS DE Execução

15.1. A execução do(s) serviço(s) licitado(s) deverá(ão) ser conforme cronograma a ser estabelecido pelo Departamento requisitante, parceladamente dentro de prazo de execução do contrato qual será de **12 Meses**.

15.2. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser executado(s), nos locais indicados pelo Departamento de Requisitante dentro do território do Cel. Domingos Soares – PR.

15.3. deverá ser emitida Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) - Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) - Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) - Deverá conter discriminação detalhada do bem a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

15.9. Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93;

15.9.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

15.9.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação do estabelecido no item 19.8 e alíneas e conseqüente aceitação.

15.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

15.11. Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

15.12. No desconto ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

16. DA GARANTIA DOS OBJETOS

16.1. No ato de entrega do BEM ofertado, a empresa vencedora terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens considerados permanentes e de 03(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo se a descrição item dispuser de forma diferente.

16.2. A empresa vencedora se obriga a fornecer, às suas expensas, durante o período de garantia, as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação.



17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, até o décimo quinto dia do mês subsequente aquele em que se deu a entrega e o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal somente Eletrônica devidamente atestada pela secretaria;

17.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões de sua regularidade fiscal, (FGTS, TRABALHISTA, RECEITAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3. Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados, ou seja, anterior a entrega do objeto e os atos administrativos daí decorrentes.

18. DO RECEBIMENTO DO Serviços

18.1. O(s) serviços(ns) ora licitado(s) será(ão) recebido(s) e inspecionado(s) pela direção do departamento municipal requisitante do objeto, que acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

19.1. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa devidamente qualificada (nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica) poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município, sito à Av Araucária, 3120, Centro, Cel Domingos Soares - PR, em dias úteis, ou ainda, por meio eletrônico, através do email licitapmcds@hotmail.com, no prazo mencionado.

19.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;

19.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

19.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

19.5. As decisões decorrentes de impugnações serão publicadas no diário oficial eletrônico do Município, o DIOEMS.

20. DO GESTOR DO CONTRATO

20.1. Fica designado para atuar como gestor e fiscal do contrato, após a assinatura deste, o funcionário informado pelo do Departamento requisitante, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Município de Coronel Domingos Soares poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Município-DIOEMS.

22.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

22.9. A participação do(a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

022

22.10. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital nos moldes já descritos neste edital.

22.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Palmas - PR.

Cel. Domingos Soares, 05/10/2022.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

“Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede.”

2. DA JUSTIFICATIVA

A dedetização e a desratização são formas de controle de pragas. Sua finalidade é eliminar os focos onde determinados insetos e ratos possam se desenvolver ou, em casos mais extremos, eliminar os próprios agentes (moscas, baratas, escorpiões e outros seres).

A desratização, em especial, é o controle de roedores que podem causar muitos prejuízos financeiros, além de propagar diversas doenças, algumas muito graves. Os ratos podem consumir os alimentos destinados aos humanos, contaminando-os. Também podem defecar e urinar em áreas de convívio do condomínio, sendo que esses dejetos são veículos para transmissão de vírus e bactérias patológicas.

A descupinização é necessária para controlar os cupins para que eles não destruam móveis e imóveis e causem danos físicos e financeiros.

Desinsetização é uma atividade de extrema importância para nossa saúde e do ambiente em que vivemos. A atividade de desinsetização tem como objetivo básico garantir que o ambiente e os produtos que consumimos (alimentícios, farmacêuticos, higiênicos) estejam livres de contaminações causadas por insetos, roedores, pássaros, animais silvestres e outras pragas.

O desalojamento de aves e morcegos é necessário, pois o acúmulo de fezes depositadas em edificações pode vincular uma série de doenças, entre as quais citamos a Salmonelose, toxoplasmose, Histoplasmose e criptococose. A maioria das zoonoses é causada pelo contato com as fezes, mas podem ser originadas do contato com as penas ou de aves doentes, como piolhos e ácaros. A presença de morcegos em edificações, principalmente de insetívoros, pode ocasionar acúmulo de fezes, causando odores desagradáveis e característicos, além de ocasionar doenças como as citadas acima.

A limpeza da caixa d'água é fundamental para garantir um ambiente adequado e livre de bactérias, para reservar água. A contaminação da água põe em risco a saúde e provoca doenças como diarreia, hepatite, leptospirose, entre outras.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	7608	Unidade Básica de Saúde Chopim, distância de 18 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	8,00	SERV	610,00	4.880,00
2	7607	Unidade Básica de Saúde Iratim, distância de 30 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros	8,00	SERV	650,00	5.200,00
3	7606	Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede com área de 100m²,	8,00	SERV	695,00	5.560,00



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

024

		01 caixa d'água de 1000 litros.				
4	7609	Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 1000 litros.	8,00	SERV	670,00	5.360,00
5	7610	Unidade Básica de Saúde Zugmann, distância de 27 km da sede com área de 100m², 01 caixa d'água de 500 litros.	8,00	SERV	650,00	5.200,00
6	7605	Unidade de Saúde Central com área de 1.090m², 3 caixas d'água de 500 litros e 3 caixas d'água de 310 litros.	8,00	SERV	1.700,00	13.600,00
TOTAL						39.800,00

3.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao pregoeiro sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a finalização do certame, através do email: licitapmcds@hotmail.com, a proposta atualizada conforme disposto no item 5.8 deste edital, juntamente com a documentação de habilitação.

4. FISCALIZAÇÃO/ ACOMPANHAMENTO

4.1. Os objetos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.

4.1.1. Todos os serviços executados serão recebidos e conferidos por servidores da Administração Municipal, indicado como fiscal de contrato.

4.2. A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo **Fiscal Geral Sr. Jonas dos Santos Bueno e Fiscal técnica Jakeline Aparecida Matias**.

4.3. Caberá a Contratada indicar um funcionário técnico para acompanhar solicitações e fornecimentos/execuções, bem como reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de eventuais falhas detectadas.

4.4. A entrega/execução do objeto dar-se-á sob a forma fracionada, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao que realmente se aperfeiçoou do objeto, conforme atesto de recebimento/execução da secretaria/departamento municipal requisitante.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

I - As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original.

Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

II - Apresentação das certidões negativas de débitos fiscais perante: FGTS, Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e Tribunal Superior do Trabalho(débitos trabalhistas), todas anexas a nota fiscal, sob pena de suspensão do pagamento dos haveres até a apresentação dos aludidos documentos.

II.1 – O Município não será responsável pela consulta e/ou impressão das certidões de regularidade junto aos sites/órgãos citados neste tópico.



5.2 – Os pagamentos serão feitos exclusivamente via depósito on-line sendo que para tanto deverá ser informado pela contratada os dados bancários pertinentes em nome da empresa contratada, antes da celebração de contrato.

5.3 – As despesas decorrentes das contratações deste certame serão abarcadas pelas seguintes dotações orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	1500	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1910	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

6. FORMA DE EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

6.1. Os serviços objeto desse Termo serão realizados em cada Unidade Básica de Saúde com periodicidade de 6 meses, porém o monitoramento deve ser mensal conforme a Resolução - RDC Nº 52, de 22 de outubro de 2009, na seção III, art. 4º, inciso II que “define controle de vetores e pragas urbanas como “conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente.”

6.2. Não serão dispensados quaisquer custos adicionais para transporte do objeto desse certame, visto que este ônus já está incluso no valor máximo estipulado neste edital.

6.3. O prazo de execução do serviço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por analogia, dentro do limite previsto na Lei nº 8.666.93.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Fornecer os produtos conforme especificações do Termo de Referência e do contrato, na qualidade, quantidade e prazos especificados;

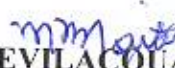
7.2. Notificar a Contratante, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do contratado ou impedimento deste;

7.3. Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;

7.4. **NÃO TRANSFERIR A OUTREM O OBJETO DO CONTRATO;**

7.5. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que o Contratante não aceitará qualquer imputação nesse sentido.

7.6. Arcar com todos os custos inerentes a execução do objeto do contrato.


MARLY BEVILÁQUA MAITO
Departamento de Educação



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

026

ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/____ – PROCESSO Nº. ____/____

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo

ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

027

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____

através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)

_____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Eletrônico nº. ____/____, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ e DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO, EM ENVELOPE PRÓPRIO.



ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º ____/____, junto ao Município de _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

029

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Prezado(a) Pregoeiro (a),

_____, (nome da empresa) _____, CNPJ nº. _____, sediada em
_____, (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal
Sr(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do art. 3º, da Lei
Complementar nº 123/06, que se enquadra na situação de _____ (microempresa ou empresa de
pequeno porte, conforme o caso) _____ e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão
relacionadas no art. 3º da referida lei.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada
com o número do CNPJ.



ANEXO VI – Não exigível para este certame



ANEXO VII - MODELO CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Ao Município de Cel. Domingos Soares – Paraná

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do serviços abaixo discriminado, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE:

2. DADOS BANCARIOS

Nome e Código do Banco:

Nome e Código da Agência:

Localidade da Agência (Cidade e Estado):

Numero da Conta Bancária:

Nome do Favorecido

OBS: O numero de conta bancaria informada deverá obrigatoriamente estar em nome da proponente.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO COTADO (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS OFERECIDOS)

Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do serviços, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

032

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO Nº. ____/2022

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 00/2022 -Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 00/00/2022 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pela Prefeita ____, de CPF nº. ____ e RG nº ____ (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: ____, pessoa jurídica de direito privado, situado a ____, nº ____, centro, cidade de ____, Estado ____, CEP ____, inscrito no CNPJ sob nº ____, neste ato representado por ____ com CPF sob nº ____ e RG nº ____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a: contratação de ____, em atendimento ao Departamento Municipal de ____.

Ite m	Qua nt	Uni d	Descrição

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico nº. ____/____, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de ____/____/____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela contratação relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura c/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

033

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	1500	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1910	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

O faturamento e emissão de notas fiscais deverão ocorrer em nome de: _____, CNPJ _____, isentos de inscrição estadual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO SERVIÇO

O(s) serviço(s) Objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser executado(s), conforme cronograma a ser estabelecido pelo Departamento requisitante, parceladamente dentro de prazo de execução do contrato qual será de 12 Meses.

Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados nas áreas quais sejam necessárias ao bom desenvolvimento do objeto.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) serviço(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

PARAGRAFO SEGUNDO: O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

PARAGRAFO TERCEIRO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da execução não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

PARAGRAFO DÉCIMO: Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto do presente contrato é de 48 Meses, e a execução de 12 Meses contados a partir do dia ____/____/2022 e termino no dia ____/____/2022, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar garantia de que os serviços atende as normas e especificações inerentes ao objeto da licitação.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O SERVIÇO ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável, diretor do departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo **Fiscal Geral Sr. Jonas dos Santos Bueno e Fiscal técnica Jakeline Aparecida Matias.**

PARAGRAFO ÚNICO: Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora,



comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICIPIO.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o diretor do departamento municipal de Departamento de Saúde, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo



comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o SERVIÇOS dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.
 - b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras “b.2” e “c”.
 - b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejaria, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no “caput” desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,
- b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR _____, em ____ de ____ de 2022

CONTRATANTE _____ CONTRATADA _____

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

037

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CNAE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida a _____, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é _____ (código) - _____ (descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº ____/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745 / 2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



PARECER JURÍDICO Nº 591/2022

Processo nº 156/2022 - Pregão nº 89/2022

Interessado: Departamento de Licitações e Compras

Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão, seus anexos e minuta de contrato.

Recebe este(a) Procurador(a), pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao **processo nº 156/2022**, que trata da abertura de licitação na modalidade de **pregão nº 89/2022**, em sua forma de disputa **eletrônica** para **futura contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos e limpeza de reservatórios de água da rede municipal de ensino.**

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja "**Pregão**", em formato de disputa **eletrônica**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

1. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado de saúde, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão em seu(s) Termo(s) de Referência, alimentado com indicação de preços e orçamentos de mercado para fixação de preço médio/valor máximo do certame, cujo objeto se destina a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pelo setor requisitante, mantendo a sanidade dos ambientes de saúde e, por consequência, dos usuários e servidores.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo(a) contador(a) responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas, apreciação do conteúdo pelo setor de planejamento, manifestação favorável do setor de Controle Interno bem como a determinação do Chefe do Executivo para instauração do processo de contratação.

Minutou a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade "**Pregão**" pela via eletrônica, definindo, nesta esteira, que o objeto é de natureza relativamente comum, podendo ser objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Consoante valor do objeto a Sra Pregoeira definiu que a participação dos licitantes **se dará de forma exclusiva à micro e pequenas empresas**, consoante valores estampados no Anexo I do Edital, aliado ao fato de que o certame terá sua disputa por **menor valor por lote**, **incidindo** o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009, cuja peculiaridade será, também, prevista ao inserir o certame no sistema "licitações-e" do Banco do Brasil, onde ocorrerá a operacionalização da disputa.

Todo o processo em tela foi construído sob a égide das Leis Federais 8.666 e 10.520, não havendo nenhum dispositivo derivado da Nova Lei de Licitações, nº 14.133. Foi



elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão, bem como minuta do respectivo contrato, para atendimento das necessidades do(s) setor(es) interessado(s), cujos dois termos são submetidos à apreciação jurídica.

2. Da análise da escolha da modalidade:

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam estes os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações. A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura supra, o objeto do processo em análise pode ser classificado como “comum”, assim já entendido pela Sra Pregoeira. Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades de execução, sua descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público. A apreciação destas peculiaridades do objeto não são afeitas, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada tampouco detém competência legal para tal ao passo que estas peculiaridades foram abrangidas no Termo de Referência firmado pelo(s) setor(es) requisitante(s).

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se for o caso.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

2.1 Da forma de disputa do pregão

Optou-se pela realização do pregão em tela na sua configuração de disputa “eletrônica”, o que é altamente recomendável consoante a dinâmica que tem o poder público imposto as compras e contratações públicas nos últimos anos, fato que se consagrará ainda mais quando da efetivação da Lei Federal 14133/21 (Nova Lei de Licitações), já em vigor mas com aplicação ainda limitada e em paralelo com a Lei 8.666/93.



A disputa de pregão pela forma eletrônica já foi alvo de manifestação pelo TCE PR, no âmbito do pré-julgado 27/2019, tendo sido este particular abordado, também, em seu "Manual de Licitações", editado em 2021, no questionamento 62, observemos:

O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR orienta para a utilização do pregão eletrônico?

Deve-se utilizar a ferramenta Comprasnet do Governo Federal?

Sim. O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR35 orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado.

A via adotada visa sempre a ampliar a participação e angariar a proposta mais vantajosa para a administração pública, sendo esta uma prática costumeira nesta municipalidade aplicada à maioria dos processos licitatórios.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações – 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a



- disponibilidade de recursos financeiros;
- c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
 - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
 - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

De outra via o art. 55 da Lei 8.666/93 regula quais requisitos mínimos a serem previstos em contratos administrativos, quando celebrados:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.(...)

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, ambos supracitados, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e habilitação, julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

4. Conclusão

Por todo o exposto:

4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade "pregão", através da forma de disputa eletrônica, para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

043

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares, 07 de outubro de 2022.


Neyva Regina Rocha da Carvalho
Procuradora OAB/PR 99005
Portaria 138/2019



PARECER CONTROLE INTERNO N° 218/2022

FINALIDADE: contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes e demais custos de mão de obra.

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº156/2022 Pregão Eletrônico nº 89/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes e demais custos de mão de obra

Em justificativa, se faz necessário a contratação dos serviços para controle de pragas e demais agentes causadores de diversas doenças.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete". Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes e demais custos de mão de obra

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:
a) processo com Justificativa e fundamentação.



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

045

- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;
- c) termo de referência;
- d) cotações de preço;

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da contratação e baseada na **LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.**

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes e demais custos de mão de obra. Desta feita, retomem-se ao departamento de administração, para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 11 de outubro de 2022.


Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 221

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 89/2022–Eletrônico

Objeto: Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 15:00 do dia 27/10/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 do dia 27/10/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://wwwlicitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link-licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmcps.pr.gov.br/>. Rafaela Schreiner-Pregoeira.

COD00561



ADENDO 01
Processo 156/2022 – Pregão 089/2022

1. Considerando a necessidade de corrigir erro material do supracitado Edital, preservando o direito dos participantes do certame, tanto para a Administração quanto para as proponentes interessadas, bem como visando ampliar a participação neste processo aliado ao fato de que o movimento não afetará a formulação de propostas, em fiel cumprimento ao §4º, art. 21 da Lei 8666/93, fica suprimida a exigência constante da alínea “c” do item 4.1.4 do edital, desobrigando os licitantes da exigência anteriormente contida no dispositivo retirado.
2. Mantêm-se inalterada a “Agenda de eventos” constante do preâmbulo do edital, na seguinte disposição de datas e horários:
 - ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 15h (horário local) do dia 27 de outubro de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link – licitações.”
 - INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 15h30min (horário local) do dia 27 de outubro de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link - licitações.”
3. Ciência aos interessados através da republicação do aviso do edital junto ao DIOEMS nos prazos legais e inclusão do presente Adendo 1 ao edital e “portal de transparência” do Município, como de praxe.

Centro Administrativo Adão Reis, em 20 de outubro de 2022.

Rafaela Schereiner
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADENDO 01

Processo 156/2022 – Pregão 089/2022

1. Considerando a necessidade de corrigir erro material do supracitado Edital, preservando o direito dos participantes do certame, tanto para a Administração quanto para as proponentes interessadas, bem como visando ampliar a participação neste processo aliado ao fato de que o movimento não afetará a formulação de propostas, em fiel cumprimento ao §4º, art. 21 da Lei 8666/93, fica suprimida a exigência constante da alínea "c" do item 4.1.4 do edital, desobrigando os licitantes da exigência anteriormente contida no dispositivo retirado.

2. Mantém-se inalterada a "Agenda de eventos" constante do preâmbulo do edital, na seguinte disposição de datas e horários:

- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 15h (horário local) do dia 27 de outubro de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link – licitações."

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 15h30min (horário local) do dia 27 de outubro de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link – licitações."

3. Ciência aos interessados através da republicação do aviso do edital junto ao DIOEMS nos prazos legais e inclusão do presente Adendo 1 ao edital e "portal de transparência" do Município, como de praxe. Centro Administrativo Adão Reis, em 20 de outubro de 2022.

Rafaela Schereiner - Pregoeira

Cópia Original

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.27 16:10:38 -03'00'

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022



À

Município de Coronel Domingo Soares/PR

Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede, passamos a formular a seguinte proposta:

1. PROPONENTE

Razão Social: Seco Ambiental, Serviços, Pesquisas e Construtora LTDA

CNPJ: 33.614.013/0001-

Inscrição Estadual: 0828203-09

Endereço: Sítio Serra Verde, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco

Fone/Fax: (81) 9.7310-0809

E-mail: nowisbruno@hotmail.com

RESPONSÁVEL POR ASSINAR O CONTRATO:

NOME: Bruno José da Silva Inácio

CPF: 105.594.754-03

RG: 9.045.282

ORGÃO EMISSOR: SDS/PE

ENDEREÇO: Avenida Miguel Pereira Neto, 727, Bairro Novo.

CIDADE: Cupira/PE

CEP: 55.460-000

FONE: 9 7310-0809

E-mail: nowisbruno@hotmail.com

COMUNICAÇÃO

FONE GERAL: 9 7310-0809

FONE PARA ENVIAR EMPENHOS: 9 7310-0809

E-mail PARA ENVIO DO CONTRATO/ATAS: nowisbruno@hotmail.com

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

LOTE 1	DESCRIÇÃO	UN	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Unidade Básica de Saúde Chopim, distância de 18 km da sede com área de 100m2, 01 caixa d'água de 500 litros.	SERV	8	R\$ 600,37	R\$ 4.802,96
2	Unidade Básica de Saúde Iratim, distância de 30 km da sede com área de 100m2, 01 caixa d'água de 500 litros	SERV	8	R\$ 617,00	R\$ 4.936,00
3	Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede com área de 100m2, 01 caixa d'água de 1000 litros.	SERV	8	R\$ 670,00	R\$ 5.360,00
4	Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede com área de 100m2, 01 caixa d'água de 1000 litros.	SERV	8	R\$ 660,00	R\$ 5.280,00
5	Unidade Básica de Saúde Zugmann, distância de 27 km da sede com área de 100m2, 01 caixa d'água de 500 litros.	SERV	8	R\$ 640,00	R\$ 5.120,00
6	Unidade de Saúde Central com área de 1.090m2, 3 caixas d'água de 500 litros e 3 caixas d'água de 310 litros.	SERV	8	R\$ 1.580,00	R\$ 12.640,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 38.138,96 (trinta e oito mil, cento e trinta e oito reais e noventa e seis centavos)
--------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

CONCEDEMOS UM DESCONTO NO VALOR R\$ 0,04 (quatro centavos).

- Valor total da proposta: **R\$ 38.138,96** (trinta e oito mil, cento e trinta e oito reais e noventa e seis centavos);
- Declaramos que a empresa Licitante possui todas as condições determinadas para a habilitação nesta licitação, nos termos do que dispõe o inciso VII do art. 4 da Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002;
- Declaramos que o Proponente tem ciência de todas as condições, especificações e exigências constantes neste edital;
- Declaramos que a empresa Licitante no preço propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:105594
75403

Assinado de forma
digital por BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.27
16:10:48 -03'00'

presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do PROPONENTE vencedor.

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:10559
475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.27
16:10:54 -03'00'

6. Declaramos que, no preço acima ofertado, estão incluídos todos os custos indiretos tais como: gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, taxas, fretes, bem como, as isenções tributárias previstas em lei;
7. Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, que correrão também por nossa conta e risco.
8. Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.
9. Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados–DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital;
10. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: de acordo com o termo de referência, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.
11. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta dias);
12. A entrega do objeto será feita nos locais indicados pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação da solicitação/ordem de serviço, sem nenhum ônus para essa Prefeitura.
13. A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da referida

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:1055
9475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.27
16:11:00 -03'00'

licitação, que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer servidor do Município antes da abertura oficial das propostas e que está plenamente ciente de firmá-la.

14. Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, e firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações;
15. Declaramos que a proposta atende a todas as condições estabelecidas pelo Edital e seus anexos;
16. Declaramos que a empresa Licitante possui todas as condições determinadas para a habilitação nesta licitação, nos termos do que dispõe o inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/2002.
17. Declaramos que os produtos a serem entregues terão o maior prazo de validade possível, no mínimo de 01 (um) ano, a contar da data de recebimento definitivo dos materiais;
18. Serão utilizados os produtos dos fabricantes CHENOME INDUSTRIA QUÍMICA DO NORDESTE LTDA; SYNGENTA, BASF, INSETIMAX, TECNOCELL AGROFLORESTAL LTDA E BAYER, de nomes BIFENTOL PS REGISTRADO NO MS N.3.2398.0027.001-5; BIFENTOL 200 SC REGISTRADO NO MS N. 3.2398.0027; DEMAND 10 CS REGISTRADO NO MINISTERIO DA MS N. 3.0119.6627; TERMIDOR 25 CE REGISTRO NO MS N. 3.0404.0029; D'FIM GEL BARATICIDA, Registro Ministério da Saúde: M.S 3.2781.0056; TRIMAX Registro Ministério da Saúde: M.S 3.2781.0065; FORMICEL, Nº Registro no M.S./ANVISA: 3.1704.0032.001-4; K-OTHRINE® 2P, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOB N.º: 3.3222.0015; TEMPRID® SC, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOB N.º: 3.3222.0036; RATOL PÓ DE CONTATO 750 REGISTRO NO MS N. 3.2398.0025.001-4; RATOL BLOCO PARAFINADO REGISTRO NO MS N. 3.2398.0006.001-0; RATOL GRUNULADO GIRASSOL REGISTRO O MS N. 3.2398.0019.002-1; RODILON PELETTES

BRUNO JOSE DA
SILVA
INACIO:10559475
403

Assinado de forma digital
por BRUNO JOSE DA SILVA

INACIO:10559475403

Dados: 2022.10.27

16:11:07 -03'00'

PARAFINADO REGISTRO NO MS N. 3.3222.0004; CIPEMOL 40 PM
REGISTRO NO MS 3.2398.0051.001-6; DICLORVOL (DICLOVÓS)
1000 CE REGISTO NO MS3.2398.0034.001-3; CUPINOL 15 CE
REGISTRO NO MS 3.2398.0026.001-1; FIPRONOL GEL (FIPRONIL)
REGISTRO NO MS 3.2398.0050.001-0; ATRATOL GEL REGISTRO
NO MS 3.2398.0044.001-8 E 3.2398.0044.002-6.

19. Informamos, desde já, que, caso nos seja adjudicado o objeto da
licitação, os pagamentos deverão ser creditados à CONTA
CORRENTE N°. 24550-0, AGÊNCIA N°. 1052-9, BANCO DO BRASIL,
em nome de Seco ambiental, serviços, pesquisas e construtora Ltda ou
PIX: CNPJ: 33.614.013/0001-00;

20. Informamos que o Representante que assinará o(s) futuro(s)
Contrato(s), será o Srº. Bruno José da Silva Inácio, Portador do RG,
sob o nº. 9 045 282 SDS PE, e CPF nº ° 105 594 754 03, com
residência na Av Miguel Pereira Neto, 727, Novo Horizonte, Cupira,
Pernambuco, CEP 55460-000.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
475403

Assinado de forma

digital por BRUNO

JOSE DA SILVA

INACIO:10559475403

Dados: 2022.10.27

16:11:13 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ nº 33.614.013/0001-00



BRUNO JOSE DA SILVA INACIO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 20/09/1995, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 105.594.754-03, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL nº 05986002201, órgão expedidor DETRAN - PE, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA MIGUEL PEREIRA NETO, 727, NOVO HORIZONTE, CUPIRA, PE, CEP 55460000, BRASIL..

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26202766642, com sede Sítio Serra Verde de Aprigio, 400 , Zona Rural Cupira, PE, CEP 55460000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 33.614.013/0001-00, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 500.000 (quinhentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social por motivo de O ACERVO DESTA EMPRESA, NO VALOR DE R\$ 49.500,00 (QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS), FOI AUMENTADO PARA R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS), O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL SE INTEGRALIZA NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.. este fica assim distribuído:

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO, com 500.000 (quinhentos mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** a(o) Sócio(a) **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a

Req: 81200000061713

Página 1

June

05/01/2022

Certifico o Registro em 05/01/2022

JUCEPE

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**
CNPJ nº 33.614.013/0001-00



economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CUPIRA.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA.** (art.997, II, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede na Sitio Serra Verde de Aprigio, 400, Zona Rural, Cupira, PE, CEP 55460000

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa tem por objeto(s) social(ais): SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS CONFEÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA SERVIÇO DE TÁXI SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

Req: 81200000061713

Página 2

Luiz

05/01/2022



Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 33.614.013/0001-00



PRIVADA LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS UTI MÓVEL SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS LAVANDERIAS

CNAE FISCAL

8121400 LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
0161001 SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS
1412601 CONFECCÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA
3702900 ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
3900500 DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
4330401 IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL
4330404 SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4330405 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES
4520005 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4789005 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS
4921301 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL
4921302 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA
4923001 SERVIÇO DE TÁXI
4923002 SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
4929901 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
4929903 ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL
5240199 ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM
7711000 LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7723300 ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS
7740300 GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS
8011101 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA
8122200 IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
8621601 UTI MÓVEL
8621602 SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL
8622400 SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
9601701 LAVANDERIAS

Req: 81200000061713

Página 3

Imo

05/01/2022

JUCEPE

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

http://assinador.psec.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=1aW1XV3K0C-ene2sFUX0aAaChave2=b1VYH0tZKwAGXcK1AFcLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10550475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ nº 33.614.013/0001-00



http://assinador.pses.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4a1x1330C-ene2sP0X0a0achave2=biVYH0LZXWAGC0K14PDLW
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10559475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciou suas atividades em 14/05/2019 e através deste instrumento prosseguirá transformada em SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada na data do arquivamento deste ato e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. A sociedade tem o capital social de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 500.000 (quinhentos mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	%	VALOR R\$
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO	500.000	100	500.000,00
TOTAL	500.000	100	500.000,00

Parágrafo único: O ativo e passivo da atividade empresária fica por este ato totalmente absorvido pela sociedade, que se compromete a fazer a guarda, nos prazos legais, de todos os livros e registros provenientes da empresa ora transformada.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002). As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA. A sociedade DECLARA que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002)

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

Req: 81200000061713

Página 4

Assinatura

05/01/2022

JUCEPE

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**
CNPJ nº 33.614.013/0001-00



DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

Req: 81200000061713

Página 5

me

05/01/2022



Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

http://assinador-pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjX72MCC_gere2srU00a0a0chave2=biVtHk0tZXWAGXCK14Ftdlw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10559475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ nº 33.614.013/0001-00



DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA. Fica eleito o foro de Cupira-PE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CUPIRA, 03 de Janeiro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

http://assinador.psece.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=1aWjXV3MCC-ene2aFUD0aAcchave2-bivYHKOc2XWAGXCKI4Fdlw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10339475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Req: 81200000061713

Página 6

05/01/2022

JUCEPE

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269



229995764

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	229995764 - 03/01/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 26202766642
 CNPJ 33.614.013/0001-00
 CERTIFICO O REGISTRO EM 05/01/2022
 SOB N. 20229995764

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO. 20229995764

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 10559475403 - BRUNO JOSE DA SILVA INACIO - Assinado em 03/01/2022 às 16:46:07

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
 SECRETÁRIA - GERAL

1

05/01/2022



Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CATEGORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		 PE
NOME BRUNO JOSE DA SILVA INACIO		
	DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISOR/UF 9045282 SUS PE	
	CPF 105.594.754-03	DATA NASCIMENTO 20/09/1995
	FILIAÇÃO JOSE SEVERINO INACIO LUCINEIDE MARIA DA SILVA INACIO	
	PERMISSÃO []	ACC []
N° REGISTRO 05986002201	VALIDADE 25/02/2022	1ª HABILITAÇÃO 25/01/2024
OBSERVAÇÕES EAR		
ASSINATURA DO PORTADOR 		
LOCAL RECIFE, PE	DATA EMISSÃO 20/04/2022	
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		58177522502 PE110668800
PERNAMBUCO		
DENATRAN	CONTRAN	

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

Código de Autenticação 0332.007C.A6A8.2A11

Certidão gerada em: 14/5/2019 12:07:08

PROTOCOLO SIARCO 19/941308-8

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA BRUNO JOSE DA SILVA INACIO
NIRE 26.1.0382153-0
ATO 080 - INSCRIÇÃO
EVENTO(S) 080 - INSCRIÇÃO

ASSINADO POR

Signature Not Verified

Digitally signed by JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE PERNAMBUCO 1005450700197
Date: 2019.05.27 10:08:23 -03:00
Reason: DOCUMENTO DE REGISTRO E COMÉRCIO
Location: RECIFE-PE

AUTENTICIDADE 0332.007C.A6A8.2A11

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0332007CA6A82A11>

Recife, 27 de junho de 2019

Layne Larissa Leandro Marques
Secretária Geral



Documento disponibilizado e 091.210.744-88 - Amaro Clovis de Menezes

Data do download - 27/06/2019 10:08:23

Código de Autenticação 0332.007C.A6A8.2A11

Junta Comercial de Pernambuco

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0332007CA6A82A11>

Documento Autenticado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/04/2011 - que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor conforme E.C. nº22 de 18/04/2011 - Art. 2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.1.0382153-0

Nº PROTOCOLO 19941308-8 Nº PROTOCOLO 19941308-8

Nº ARQUIVAMENTO 26103821530 ARQUIVADO 14/05/2019 12:07:08

EMPRESA BRUNO JOSE DA SILVA INACIO





Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referir-se à filial)	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações)			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		CASADO	
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)		
MASCULINO	COMUNHÃO PARCIAL DE BENS		
FILHO DE (pai)	(mãe)		
JOSE SEVERINO INACIO	LUCINEIDE MARIA DA SILVA INACIO		
NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF
20/09/1995	05986002201	DETRAN	PE
EMANCIPADO POR (nome da emancipação - somente em caso de menor)		CPF (número)	
		105.594.754-03	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc.)			
AVENIDA ALVINO GOMES DE LIMA			
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	NÚMERO
	NOVA CUIPIRA	55460000	30
MUNICÍPIO	UF		CÓDIGO DO APLICATIVO (uso de Junta Comercial)
CUIPIRA	PE		
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Pernambuco.			
CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
LOGRADOURO (rua, av., etc.)	NÚMERO		
AVENIDA MIGUEL PEREIRA NETO	727		
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO APLICATIVO (uso de Junta Comercial)
	NOVO HORIZONTE	55460000	
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (e-mail)
CUIPIRA	PE	BRASIL	email@m2scntabilidade.com.br
VALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)		
30.000,00	TRINTA MIL REAIS		
CÓDIGO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
(CNAE Fiscal) Atividade Principal 4520005 Atividades Secundárias 0161001 1412601 3702900 3900500 4330401 4330404 4330405 4789005 4921301 4921302	SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS CONFECCÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA ATIVIDADES RELACIONADAS À ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA SERVIÇO DE TÁXI SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AERÉOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
xoxhxhxox	XXXXXXXXXX	NIRE anterior XXXXX	UF XXXXX
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legalmente habilitado)			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
09/05/2019	Bruno Jose da Silva Inacio		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA			
DEFERIDO	AUTENTICAÇÃO		
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE			
Wanderson Rocha dos Santos			
Analista de Empresas			
Junta Comercial do Estado de Pernambuco			
14/05/19			
Requerimento Eletrônico: 81900000276412	BRUNO JOSE DA SILVA INACIO		
	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO CERTIFICÓ O REGISTRO EM: 14/05/2019 SOB Nº: 26103821530 Protocolo: 19/941308-6		
	LAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES		





Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente à filial)		
		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações)			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		CASADO	
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)		
MASCULINO	COMUNHÃO PARCIAL DE BENS		
FILHO DE (pai)	(mãe)		
JOSE SEVERINO INACIO	LUCINEIDE MARIA DA SILVA INACIO		
NASCIDO EM (data do nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF
20/09/1995	05986002201	DETRAN	PE
CPF (número) 105.594.754-03			
EMANCIPADO POR (forma da emancipação - comentar em caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.)			NÚMERO
AVENIDA ALVINO GOMES DE LIMA			30
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	código do município (Cidade e Estado)
	NOVA CUIPIRA	55460000	
MUNICÍPIO	UF		
CUPIRA	PE		
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Pernambuco.			
CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	X	X
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
X	X	X	X
NOME EMPRESARIAL			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO		
AVENIDA MIGUEL PEREIRA NETO	727		
COMPLEMENTO	BARRIO/DISTRITO	CEP	código do município (Cidade e Estado)
	NOVO HORIZONTE	55460000	
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (e-mail)
CUPIRA	PE	BRASIL	email@mgascontabilizacao.com.br
VALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)		
30.000,00	TRINTA MIL REAIS		
CÓDIGO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
Atividade Principal			
4520005			
Atividades Secundárias			
8122200 8521601 8521602 8522400 9601701 X X X X X X			
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/05/2019 SOB Nº: 26103821530 Protocolo: 19/941308-B BRUNO JOSE DA SILVA INACIO <i>[Assinatura]</i> ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES SECRETÁRIA GERAL			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
x/x/x/xxxxx	xxxxxxxxxx	NIRE anterior UF XXXXX XXXXX	<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 3 - NÃO
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal/garanta)			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
DATA DA ASSINATURA			
09/05/2019			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA AGÊNCIA			
DEFERIDO	AUTENTICADO		
PUBLIQUE SE E ASSINQUE SE			
Wanderlei Rolim dos Santos			
Analista de Processos			
Requerimento Eletrônico: 81900000276412			





09/01/2020

JUCEPE

Certifico o Registro em 09/01/2020

Arquivamento 20197904696 de 09/01/2020 Protocolo 197904696 de 07/01/2020 NIRE 26103821530

Nome da empresa BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

 Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 143135103906340



09/01/2020

JUCEPE

Certifico o Registro em 09/01/2020

Arquivamento 20197904696 de 09/01/2020 Protocolo 197904696 de 07/01/2020 NIRE 26103821530

Nome da empresa BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 143135103906340



09/01/2020

JUCEPE

Certifico o Registro em 09/01/2020

Arquivamento 20197904696 de 09/01/2020 Protocolo 197904696 de 07/01/2020 NIRE 26103821530

Nome da empresa BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 143135103906340



197904696

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BRUNO JOSE DA SILVA INACIO
PROTOCOLO	197904696 - 07/01/2020
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 26103821530
CNPJ 33.614.013/0001-00
CERTIFICO O REGISTRO EM 09/01/2020
SOB N: 20197904696

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

09/01/2020



**CONTRATO SOCIAL
 POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE
 LIMITADA
 BRUNO JOSE DA SILVA INACIO**

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 20/09/1995, CASADO EM REGIME COMUNHAO PARCIAL, EMPRESARIA, CPF nº 105.594.754-03, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 05986002201, órgão expedidor DETRAN - PE, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA ALVINO GOMES DE LIMA, 30, NOVA CUPIRA, CUPIRA, PE, CEP 55460000, BRASIL, titular da **EMPRESARIO INDIVIDUAL** com sede na AVENIDA MIGUEL PEREIRA NETO, 727, NOVO HORIZONTE, CUPIRA, PE, CEP 55460000, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26103821530, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 33.614.013/0001-00 fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de **EMPRESARIO INDIVIDUAL** para **SOCIEDADE EMPRESÁRIA** de tipo jurídico Limitada, uma vez passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL** ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica transformada esta Empresário Individual em Sociedade Limitada, passando a denominação social a ser **SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O acervo desta empresa, no valor de R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), foi aumentado para R\$ 49.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais), o aumento do capital social se integraliza neste ato em moeda corrente do país, passando a constituir o capital do Empresário Individual.

ENDEREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à Sitio Serra Verde de Aprigio, 400, Zona Rural, Cupira, PE, CEP 55460000.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA QUARTA. A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO** com os poderes e atribuições de representação ativa



e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002)

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA SEXTA: Firma ato contínuo a solicitação do contrato da sociedade empresária limitada, conforme ato:

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA "SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA"

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 20/09/1995, CASADO EM REGIME COMUNHAO PARCIAL, EMPRESARIA, CPF nº 105.594.754-03, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 05986002201, órgão expedidor DETRAN - PE, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA ALVINO GOMES DE LIMA, 30, NOVA CUPIRA, CUPIRA, PE, CEP 55460000, BRASIL.

Têm entre si justa e contratada a constituição de uma sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**. (art.997, II, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede na Sitio Serra Verde de Aprigio, 400, Zona Rural, Cupira, PE, CEP 55460000



CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa tem por objeto(s) social(ais): SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS CONFECCÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA SERVIÇO DE TÁXI SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS UTI MÓVEL SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS LAVANDERIAS

CNAE FISCAL

8121400 LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
0161001 SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS
1412601 CONFECCÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA
3702900 ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
3900500 DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
4330401 IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

3

02/12/2021

JUCEPE

Certifico o Registro em 02/12/2021

Arquivamento 26202766642 de 02/12/2021 Protocolo 218021895 de 01/12/2021 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 106834606098480



4330404 SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
 4330405 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES
 4520005 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
 4789005 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS
 4921301 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL
 4921302 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA
 4923001 SERVIÇO DE TÁXI
 4923002 SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
 4929901 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
 4929903 ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL
 5240199 ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM
 7711000 LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
 7723300 ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS
 7740300 GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS
 8011101 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA
 8122200 IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
 8621601 UTI MÓVEL
 8621602 SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL
 8622400 SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
 9601701 LAVANDERIAS

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciou suas atividades em 14/05/2019 e através deste instrumento prosseguirá transformada em SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada na data do arquivamento deste ato e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. A sociedade tem o capital social de R\$ 49.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais), dividido em 49.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	%	VALOR R\$
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO	49.000	100	49.000,00
TOTAL	49.000	100	49.000,00

02/12/2021



Certifico o Registro em 02/12/2021

Arquivamento 26202766642 de 02/12/2021 Protocolo 218021895 de 01/12/2021 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 106834606098480



Parágrafo único: O ativo e passivo da atividade empresarial fica por este ato totalmente absorvido pela sociedade, que se compromete a fazer a guarda, nos prazos legais, de todos os livros e registros provenientes da empresa ora transformada.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002). As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA. A sociedade DECLARA que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002)

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

5

02/12/2021

Certifico o Registro em 02/12/2021

Arquivamento 26202766642 de 02/12/2021 Protocolo 218021895 de 01/12/2021 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 106834606098480



http://assinador-pecc.com.br/assinadordeteb/autenticacao?chave1=13q6yL-757-0wyoFyRlU5w6c0hwe2-bivYHk0LZwAQXcK34Fdlw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 39121074488-AMARO CLOVIS DA MENEZES|10559475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA. Fica eleito o foro de Cupira-PE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

Cupira-PE, 03 de Novembro de 2021


BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

02/12/2021



218021895

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	218021895 - 01/12/2021
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	046 - TRANSFORMAÇÃO

MATRIZ

NIRE 26202766642
CNPJ 33.614.013/0001-00
CERTIFICO O REGISTRO EM 02/12/2021
SOB N: 26202766642

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 09121074488 - AMARO CLOVIS DE MENEZES - Assinado em 01/12/2021 às 16:04:42
Cpf: 10559475403 - BRUNO JOSE DA SILVA INACIO - Assinado em 01/12/2021 às 16:05:41

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

1

02/12/2021

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ nº 33.614.013/0001-00



http://assinador-pesce.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=46njxjmc-enezaFOXo0aachave2=bivYHcLZxwAGXCKIAFDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10559475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 20/09/1995, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 105.594.754-03, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL nº 05986002201, órgão expedidor DETRAN - PE, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA MIGUEL PEREIRA NETO, 727, NOVO HORIZONTE, CUPIRA, PE, CEP 55460000, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26202766642, com sede Sítio Serra Verde de Aprigio, 400, Zona Rural Cupira, PE, CEP 55460000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 33.614.013/0001-00, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 500.000 (quinhentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social por motivo de O ACERVO DESTA EMPRESA, NO VALOR DE R\$ 49.500,00 (QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS), FOI AUMENTADO PARA R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS), O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL SE INTEGRALIZA NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS., este fica assim distribuído:

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO, com 500.000 (quinhentos mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) BRUNO JOSE DA SILVA INACIO com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a

Req: 81200000061713

Página 1

Junio

05/01/2022

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

JUCEPE

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**
CNPJ nº 33.614.013/0001-00

economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CUPIRA.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA.** (art.997, II, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede na Sitio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, PE, CEP 55460000

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa tem por objeto(s) social(ais): SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS CONFECCÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA SERVIÇO DE TÁXI SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

Req: 81200000061713

Página 2

Luiz

05/01/2022

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

JUCEPE

http://assinador.psecc.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=4w]x33MOC-ene2FUX0a6chavez-dv7HKOZKwAGCKKfPLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 1055475403-BRNO JOSE DA SILVA INACIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 33.614.013/0001-00



PRIVADA LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS UTI MÓVEL SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS LAVANDERIAS

CNAE FISCAL

8121400 LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
0161001 SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS
1412601 CONFECCÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA
3702900 ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
3900500 DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
4330401 IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL
4330404 SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4330405 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES
4520005 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4789005 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS
4921301 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL
4921302 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA
4923001 SERVIÇO DE TÁXI
4923002 SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
4929901 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
4929903 ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL
5240199 ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AÉREOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM
7711000 LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7723300 ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS
7740300 GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS
8011101 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA
8122200 IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
8621601 UTI MÓVEL
8621602 SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL
8622400 SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
9601701 LAVANDERIAS

Req: 81200000061713

Página 3

Imo

05/01/2022

JUCEPE

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ nº 33.614.013/0001-00



CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciou suas atividades em 14/05/2019 e através deste instrumento prosseguirá transformada em SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada na data do arquivamento deste ato e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. A sociedade tem o capital social de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 500.000 (quinhentos mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	%	VALOR R\$
BRUNO JOSE DA SILVA INACIO	500.000	100	500.000,00
TOTAL	500.000	100	500.000,00

Parágrafo único: O ativo e passivo da atividade empresária fica por este ato totalmente absorvido pela sociedade, que se compromete a fazer a guarda, nos prazos legais, de todos os livros e registros provenientes da empresa ora transformada.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002). As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA. A sociedade DECLARA que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002)

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

Req: 81200000061713

Página 4

Assinatura

05/01/2022

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

JUCEPE

http://assinador.pes.com.br/assinadoren/autenticacao?chave=44fjx73MOC-ene23FUX0aAchave2-hiVtH0C2XWAGXCI4Fdlw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10559475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 33.614.013/0001-00



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=awjxy3w0C_ene3e7UX03aAchave2=biVYH0cZXwAGXcKl4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10559475403-BRQNO JOSE DA SILVA INACIO

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

Req: 81200000061713

Página 5

meu

05/01/2022

JUCEPE

Certifico o Registro em 05/01/2022

Arquivamento 20229995764 de 05/01/2022 Protocolo 229995764 de 03/01/2022 NIRE 26202766642

Nome da empresa SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 197853265636269

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE SECO AMBIENTAL, SERVICOS,
PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 33.614.013/0001-00

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA. Fica eleito o foro de Cupira-PE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CUPIRA, 03 de Janeiro de 2022.


BRUNO JOSE DA SILVA INACIO



http://assinador.psec.com.br/assinadorwe3/autenticacao?chave1=4e7xy1m0c-ene2sfu0c0a6ciaue2=di7v7hkolzxw0gxcxi4fdl/w
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 10559475403-BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Req: 81200000061713

Página 6

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	229995764 - 03/01/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 26202766642
CNPJ 33.614.013/0001-00
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/01/2022
SOB N° 20229995764

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20229995764

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 10559475403 - BRUNO JOSE DA SILVA INACIO - Assinado em 03/01/2022 às 16:46:07

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

1

05/01/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA

Departamento de Tributação

Secretaria de Finanças

Endereço: RUA DES. FELISMINO GUEDES, 135-CENTRO Telefone: (81)3738-1370 CNPJ: 10.191.799/0001-02

ALVARÁ DEFINITIVO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

Inscrição Mercantil 231707	Inscrição Imobiliária
Nome Fantasia GRUPO SECO DELIVERY EXPRESS	
Nome do Contribuinte ou Razão Social SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA	
Localização Completa STO SERRA VERDE APRIGIO, 400, - Bairro: 2º DISTRITO ZONA RURAL CUPIRA/PE CEP: 55460-000	
Atividade ou Ramo de Negócio Principal 8121400 - LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS 60	CNPJ / CPF 33.614.013/0001-00
Outras Atividades 161001 - SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRICOLAS 60 1412601 - CONFEÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDAS 250	
Início da Atividade 12/12/2019	Título da Licença PERMANENTE
Observações VALIDADE ATE 31 DE JANEIRO DE 2023.	

CUPIRA, 21 de Janeiro de 2022

 Assinatura e Matrícula do Funcionário

Mizaél José Vitorino
 Resp. Setor Tributação
 CPF: 458.379.704-43
 Coordenador

ESTA LICENÇA DEVERÁ SER EXPOSTA EM LOCAL VISÍVEL E RENOVADA ANUALMENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.614.013/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/05/2019
NOME EMPRESARIAL SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GRUPO SECO DELIVERY EXPRESS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos 43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal 49.21-3-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana 49.23-0-01 - Serviço de táxi 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal 49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal 52.40-1-99 - Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.23-3-00 - Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO SIT SERRA VERDE DE APRIGIO	NÚMERO 400	COMPLEMENTO *****
CEP 55.460-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO CUPIRA
UF PE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMARO@M2SCONTABILIDADE.COM.BR		TELEFONE (81) 3744-2296
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/10/2022 às 09:48:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.614.013/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/05/2019
NOME EMPRESARIAL SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 86.21-6-01 - UTI móvel 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel 86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências 96.01-7-01 - Lavanderias			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO SIT SERRA VERDE DE APRIGIO	NÚMERO 400	COMPLEMENTO *****	
CEP 55.460-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO CUPIRA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMARO@M2SCONTABILIDADE.COM.BR		TELEFONE (81) 3744-2296	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/10/2022 às 09:48:33 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA

SECRETARIA DE FINANÇAS

Secretaria de Finanças

Endereço: RUA DES. FELISMINO GUEDES, 135-CENTRO Telefone: (81)3738-1370 CNPJ: 10.191.799/0001-02

090

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº ***** e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até 21/10/2022

Contribuinte: SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA		Inscrição Mercantil: 231707 Sequencial:
Localização: STO SERRA VERDE APRIGIO, 400, , 2º DISTRITO ZONA RURAL		Referência Loteamento:
Natureza: Tributos Mercantis		Cadastro Imobiliário:
Inscrição Imobiliária:		
Razão Social: SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA		
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
33.614.013/0001-00		231707
Código Atividade Principal: 8121400 LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS	Código Atividade Sec.: 161001 SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS	
Início Atividade: 12/12/2019	Validade: 20/12/2022	
Observações: Válido por 59 dias.		
<div style="text-align: center;">VIA INTERNET</div>		

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

Para validar a autenticidade desse documento acesse a PREFWEB

<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/gestor/prefeitura/cupira//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

893BD669D4D3F23AA74C6091DC75B336C6938483

GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000007117388-91

Data de Emissão: 24/10/2022

DADOS DO CONTRIBUINTE

Razão Social: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Endereço: SITIO SERRA VERDE DE APRIGIO N. 400, ZONA RURAL, CUIRA - PE, CEP: 55460000

CNPJ: 33.614.013/0001-00

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o contribuinte acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **21/01/2023** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 33.614.013/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:05:33 do dia 21/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/03/2023.

Código de controle da certidão: **EFC1.0758.2DEC.32CF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.614.013/0001-00

Razão Social: BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Endereço: AVENIDA MIGUEL PEREIRA NETO 727 / NOVO HORIZONTE / CUIRÁ / PE
/ 55460-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/10/2022 a 12/11/2022

Certificação Número: 2022101402371653357070

Informação obtida em 21/10/2022 08:45:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.614.013/0001-00

Certidão nº: 35796421/2022

Expedição: 21/10/2022, às 16:25:56

Validade: 19/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Poder Judiciário de Pernambuco
Juízo de Direito da Comarca de Cupira
Rua José Luiz da Silveira Barros, 146 - Centro
55460-000 - Cupira (PE) - fone/fax: (081) 738 1335

Eu, **MARIA DO CARMO CABRAL**, mat.176974-0,
Distribuidora, do Único Cartório da Comarca de Cupira., Estado de
Pernambuco, em virtude da lei, etc...

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

CERTIFICO, por me haver verbalmente que, conforme pesquisa realizada no Sistema JUDWIN, onde são lançadas as distribuições do ofício, a meu cargo, Seção cível, no período de 05 (cinco) anos até a presente data, não, encontrei DISTRIBUIDA nenhuma **Ação de Falência e de Concordata ou Execução** em face **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, Inscrição nº **33.614.013.0001/00 Matriz**, com endereço no Sítio Serra Verde de Aprigio, nº 400, Zona Rural/ Cupira-PE.

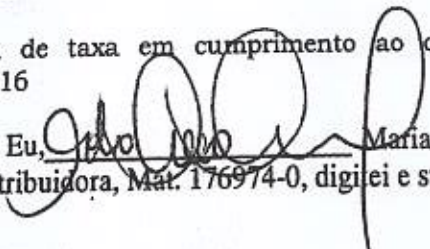
Certifico ainda que podem ser obtidas certidões aos processos eletrônicos do PJE, abrangendo todas as Comarca de PE, diretamente no site www.tjpe.jus.br

ESSA CERTIDÃO NÃO INCLUI OS PROCESSOS DISTRIBUIDOS ANTES DO PRAZO ESTIPULADO NA PESQUISA, AINDA QUE EM TRAMITAÇÃO.

Pesquisa realizada até o dia 04.10.2022

Por: **MARIA DO CARMO CABRAL**-Mat. 176974-0, Técnica Judiciária/Distribuidora

OBS: sem cobrança de taxa em cumprimento ao ofício Circular nº 12/2016 de 04.07.2016

Eu,  **Maria do Carmo Cabral**,
Técnica Judiciária/Distribuidora, Mat. 176974-0, digitei e subscrevi.

Cartório Paulo Arruda - Serviço Notarial e Registral Rua Pe. Félix Barreto, 30 - Centro - Cupira/PE Fone: (81) 3738-1403 Paulo Romero de Arruda - Tabelião cartoriocupira@yahoo.com.br	
	Certifico que a presente cópia, apresentada por MILENA GOUVEIA SOARES é uma reprodução fiel do original que me foi exibida. Dou fé. Cupira/PE. 04/10/2022 08:51:37. Emol: R\$ 4,06 TSNR: R\$ 0,81 Total: 4,99 AU-10-17106
	Joedna Sobral Luna - Escrevente Selo Digital: 0073916.PGT08202201.01821 Consulte autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO PAULO ARRUDA
SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
CUPIRA/PE

Rua Padre Félix Barreto, nº 30 - Centro
Cupira - Pernambuco
CEP : 55460-000
Telefone: (0xx81) 3738-1403

Paulo Romero de Arruda
Tabelião
Jose Amaury de Arruda
Substituto
Joedna Sobral Luna
Escrevente

CERTIDÃO NEGATIVA

Paulo Romero de Arruda, Tabelião do ÚNICO TABELIONADO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS da Cidade de Cupira, do Estado de Pernambuco, de acordo com a legislação vigente.

CERTIFICA, a requerimento da pessoa interessada, que tendo em vista a pesquisa procedida no Arquivo (Banco de dados) deste Serviço Registral de Protesto, nele verifiquei **NÃO CONSTAR**, no prazo de 5 (cinco) anos a partir do dia 1 (um) do mês de setembro de 2017 (dois mil e dezessete) até 1 (um) dia do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), nenhum título protestado de responsabilidade de **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS**, inscrito(a) no C.N.P.J. sob o Nº **33.614.013/0001-00**.

CERTIFICO que o referido é verdade e dou fé e ainda que este é único Cartório de Protesto existente nesta cidade e comarca.

Cupira, 1 de setembro de 2022.

Em Testemunho _____ da verdade.

Joedna Sobral Luna
Escrevente

CARTÓRIO PAULO ARRUDA

Serviço Notarial e Registral

CNPJ: 05.549.304/0001-26

Rua: Pe. Felix Barreto, 30

Centro - CEP: 55460-000

Cupira - PE

Tel 81 3738-1403

Email: cartoriocupira@yahoo.com.br



Selo: 0073916.UEO12202001.05092

Ato: Certidão até 5 anos.

Contribuinte: SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS

Emissor: Paulo Romero de Arruda, em 01/09/2022 15:40

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/secedigital

Código Certidão: 367

Verificação: 3-10-20220901-114015

Emolumentos:	10,03
TSNR:	2,23
FERC:	1,12
FERM:	0,11
FUNSEG:	0,22
ISS:	0,00
Total:	13,71

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO ANULA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco





CARTÓRIO PAULO ARRUDA
SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
CUPIRA/PE

Rua Padre Félix Barreto, nº 30 - Centro
Cupira - Pernambuco
CEP : 55460-000
Telefone: (0xx81) 3738-1403

Paulo Romero de Arruda
Tabelião
Jose Amaury de Arruda
Substituto
Joedna Sobral Luna
Escrevente

CERTIDÃO NEGATIVA

Paulo Romero de Arruda, Tabelião do ÚNICO TABELIONADO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS da Cidade de Cupira, do Estado de Pernambuco, de acordo com a legislação vigente.

CERTIFICA, a requerimento da pessoa interessada, que tendo em vista a pesquisa procedida no Arquivo (Banco de dados) deste Serviço Registral de Protesto, nele verifiquei **NÃO CONSTAR**, no prazo de 5 (cinco) anos a partir do dia 1 (um) do mês de setembro de 2017 (dois mil e dezessete) até 1 (um) dia do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), nenhum título protestado de responsabilidade de **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO**, inscrito(a) no C.P.F. sob o Nº 105.594.754-03.

CERTIFICO que o referido é verdade e dou fé e ainda que este é único Cartório de Protesto existente nesta cidade e comarca.

Cupira, 1 de setembro de 2022.

Em Testemunho _____ da verdade.

Joedna Sobral Luna
Escrevente

CARTÓRIO PAULO ARRUDA

Serviço Notarial e Registral

CNPJ: 05.549.304/0001-26

Rua: Pe. Felix Barreto, 30

Centro - CEP: 55460-000

Cupira - PE

Tel 81 3738-1403

Email: cartoriocupira@yahoo.com.br



Selo: 0073916.UEH12202001.05134

Ato: Certidão até 5 anos.

Contribuinte: BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Emissor: Paulo Romero de Arruda, em 01/09/2022 15:39

Consulte autenticidade em www.tpe.jus.br/selodigital

Código Certidão: 366

Verificação: 3-10-20220901-153915

Emolumentos:	10,03
TSNR:	2,23
FERC:	1,12
FERM:	0,11
FUNSEG:	0,22
ISS:	0,00
Total:	13,71

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO DA EMISSÃO INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE
HABILITAÇÃO E VERACIDADE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **DECLARA**, em cumprimento do art.49 da Lei Federal nº8.666/93 e em face do quanto disposto no art. 96 e no art. 87, inciso IV do mesmo diploma, declaramos:

(x) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

Ou

(x) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal.

(x) que todas as declarações são verídicas, bem como todas as certidões apresentadas são autênticas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20 14:52:01 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, sob as penalidades cabíveis, não pesam contra si os efeitos das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, e que não se encontra inscrito no Cadastro de Fornecedores impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, bem como se compromete a comunicar qualquer fato superveniente à entrega dos documentos para habilitação acerca de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública e de fato que venha a alterar sua situação quanto à capacidade jurídica, capacidade técnica, à regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, segundo exposto na Lei Federal nº 8.666/93.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
9475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20 14:52:20 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO



DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **DECLARA**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745 /2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE	Assinado de forma
DA SILVA	digital por BRUNO
INACIO:10559	JOSE DA SILVA
475403	INACIO:10559475403
	Dados: 2022.10.20
	14:51:51 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

BRUNO JOSE DA
SILVA
INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por
BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.08.04 15:41:18
-03'00'



DECLARAÇÃO CONJUNTA PARA FINS DE HABILITAÇÃO

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, em atenção ao edital do Processo Licitatório supramencionado, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação Art. 32, §2º da Lei nº 8.666/93;
- Que não incorre nas vedações previstas no art. 9ª da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto no 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei;
- Que tenho pleno conhecimento e atendo a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, nos termos do § 4º do Art. 26 do Decreto Federal no 10.024/19;
- Que se obriga a garantir que o objeto desta licitação, serão fornecidos de acordo com as especificações definidas na proposta e no termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Que aceitamos as condições estipuladas neste edital, ressalvada a hipótese de impugnação;
- Que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;
- Declaramos que cumprimos integralmente, todas as normas e artigos da RESOLUÇÃO RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

BRUNO JOSE DA
SILVA

INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por

BRUNO JOSE DA SILVA

INACIO:10559475403

Dados: 2022.08.04 15:41:30 -03'00'



- Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;
- Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal no 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei no 8666/93;
- Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;
- Que não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal no 6615;
- Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento;
- Que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP e o conteúdo da proposta NÃO foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que estamos plenamente cientes do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-las. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina;
- Que autorizo a Prefeitura Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias;
- Que possuímos menos de 20 (vinte) funcionários em nosso quadro;
- Que seguimos todas as exigências da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA; a RDC nº. 50/2002 e RDC nº. 63/2001;
- Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar no 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por
BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.08.04 15:41:43 -03'00'



(Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal no 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores;

- Que, dispõe de equipamentos, veículos, instalações e equipe técnica especializada para a execução do objeto do presente processo;
- Que atendemos as exigências da utilização dos procedimentos técnicos descritos no Procedimento Operacional Padrão – POP, para manipulação e transporte de produtos saneantes desinfestantes, nos termos dos Arts. 13 e 14, da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA;
- Que atendemos as exigências da inutilização e descarte de embalagens dos produtos saneantes desinfestantes, conforme o Art. 18, da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA;
- Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;
- Dispõe ou disponibilizará de, no mínimo, 01 (um) veículo para transporte dos produtos saneantes desinfetantes, conforme disciplinado no art. 14 da RDC 52/2009, ANVISA;
- Que está regular perante a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, haja vista que não é passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo MUNICIPAL, pois o mesmo não possui órgão ou secretaria específica para a emissão de licença ambiental;
- Que observamos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;
- Que dispõe de escovões, vassouras, máquina de pressão de água, caminhões pipa para limpeza de rua, modelo VW 26260, caminhão limpa fossa, caminhonete HILUX, Van para transporte de equipe, Reboques, todos com o auxílio de equipamentos necessários. E produtos como quaternário de amônio quinta geração e peróxido de hidrogênio, produtos domissanitários para controle integrado de pragas, com equipamentos devidamente habilitados com o auxílio de nebulizadores, atomizadores e pulverizadores, polvilhadores, Agulhas,

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por
BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.08.04 15:41:55 -03'00'



bisnagas, que vão ser aplicados conforme a localidade e necessidade. O serviço será realizado em torno da área cúbica e métrica do ambiente, fazendo a sanitização e Controle Integrado das Pragas, total do ambiente. Declaramos, ainda, que nos comprometemos a fornecer mão de obra qualificada e ferramental necessários à prestação dos serviços objeto da licitação conforme condições estabelecidas;

- Que se responsabiliza por quaisquer atos cometidos em decorrência de imprudência; negligência ou imperícia na realização dos serviços prestados a contratante;
- Que está em regularidade com o ente municipal referente a tributos mercantis ISS e TLVF;
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;
- Que toda documentação anexada ao sistema é autêntica;
- Que disponibilizará na assinatura do contrato, as quantidades especificadas dos veículos, do pessoal técnico habilitado e especializado para operar os veículos, dos equipamentos e materiais de proteção individual e coletiva -EPI's e EPC's;
- Que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária na participação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem;
- Que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- Que temos conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, inclusive os locais de execução dos serviços, o que inclui as atuais condições e o grau de dificuldade existentes e que a empresa NÃO efetuou a visita técnica no local onde serão executadas as obras, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os

BRUNO JOSE DA
SILVA
INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por
BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.08.04 15:42:18
+03'00'



serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, em atendimento ao edital;

- Que se responsabiliza por quaisquer atos cometidos em decorrência de imprudência; negligência ou imperícia na realização dos serviços prestados a contratante;
- Que a Responsável Técnica, Isabelle, Cristhine Ferreira de Santana, Engenheira Agrônoma, Registro: 1820508617, RG Nº 8.241.274, CPF Nº 109.119.404-13, devidamente habilitada para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, e que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação;
- Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não tem condenação pelos crimes mencionados na Lei 2.272 de 11 de Maio de 2021, conforme abaixo:
 - I. Crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, previsto na Lei Federal no 11.340, de 07 de agosto de 2006 Lei Maria da Penha;
 - II. Crime de homicídio e feminicídio previstos no art. 121 do Decreto-Lei Federal no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal Brasileiro;
 - III. Crime de Racismo, previsto na Lei Federal no 7.716 de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
 - IV. Crimes considerados contra a Administração Pública, previstos no Título XI Dos Crimes Contra a Administração Pública, do Decreto-Lei Federal no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal Brasileiro;
 - V. Crimes considerados hediondos, previstos na Lei Federal no 8.072, de 25 de julho de 1.990;
- Que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;
- Declaramos que no Estado de Pernambuco a APEVIS - (Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária, não emite declaração, alvará/autorização ou Licença Sanitária Estadual, a competência para emissão desse documento é do município da sede de licitante;
- Que o colaborador tem e apresentará o cartão de identificação e habilitação no momento da prestação de serviço, conforme a CVS 09 de 16 de novembro de 2000.

Cupira, 04 de agosto de 2022

BRUNO JOSE DA SILVA	Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475 403	INACIO:10559475403 Dados: 2022.08.04 15:42:29 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO





DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISTORIA/ DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03

(X) Declaramos para fins de participação no Processo Licitatório em epígrafe, que temos conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, inclusive os locais de execução dos serviços, o que inclui as atuais condições e o grau de dificuldade existentes.

(X) Declaramos que a empresa NÃO efetuou a visita técnica no local onde serão executadas as obras, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, em atendimento ao edital.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO:105594 75403	Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA INACIO:10559475403 Dados: 2022.10.20 14:53:21 -03'00'
--------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO



**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03

☒ MICROEMPRESA

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa, inscrita no CNPJ nº, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional? ☒ SIM ☐ NÃO

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE	Assinado de forma
DA SILVA	digital por BRUNO
INACIO:1055	JOSE DA SILVA
9475403	INACIO:10559475403
	Dados: 2022.10.20
	14:53:34 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, declara, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:10559
475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20
14:53:46 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

(X) não emprega menor de dezesseis anos.

(X) não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO:105594 75403	Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA INACIO:10559475403 Dados: 2022.10.20 14:54:19 -03'00'
--------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

BRUNO JOSE DA SILVA
 Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
 INACIO:1055 INACIO:10559475403
 9475403 Dados: 2022.10.20 14:53:58 -03'00'



**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E
 ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022**

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, sob as penas da lei, em especial o art. 299, do Código Penal Brasileiro, que:

1. A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. A intenção de apresentara proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – Comprovemente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
9475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20 14:54:07 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, que a Responsável Técnica, Isabelle, Cristhine Ferreira de Santana, Engenheira Agrônoma, Registro: 1820508617, RG Nº 8.241.274, CPF Nº 109.119.404-13, devidamente habilitada para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, e que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20 14:55:30 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

ISABELLE CRISTHINE FERREIRA DE SANTANA:10911940413

Assinado de forma digital por ISABELLE CRISTHINE FERREIRA DE SANTANA:10911940413
Dados: 2022.10.20 14:55:45 -03'00'

Isabelle Cristhine Ferreira de Santana
RESPONSÁVEL TÉCNICA

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO
TRABALHO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, DECLARA, sob as penas da lei, para fins habilitação no Pregão Eletrônico 138/2022, bem como para atendimento ao disposto no inc. V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:10559
475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20
14:54:35 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

DECLARAÇÃO CNAE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
9475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20 14:51:09 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:10559
475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20
14:51:41 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

BRUNO JOSE DA SILVA
 INACIO:10559475403
 9475403

Assinado de forma
 digital por BRUNO
 JOSE DA SILVA
 INACIO:10559475403
 Dados: 2022.10.20
 14:52:30 -03'00'



DECLARAÇÃO CONJUNTA PARA FINS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

Á

Município de Coronel Domingo Soares/PR

OBJETO: Contratação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas, limpeza de caixas d'água com aplicação de todos os materiais necessários, insumos, produtos saneantes, e demais custos de mão de obra de 09 prédios do Departamento Municipal de Saúde, sendo 04 prédios no interior e 05 prédios na sede.

PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, em atenção ao edital do Processo Licitatório supramencionado, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação Art. 32, §2º da Lei nº 8.666/93;
- Que não incorre nas vedações previstas no art. 9ª da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto no 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei;
- Que tenho pleno conhecimento e atendo a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, nos termos do § 4º do Art. 26 do Decreto Federal no 10.024/19;
- Que se obriga a garantir que o objeto desta licitação, serão fornecidos de acordo com as especificações definidas na proposta e no termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Que aceitamos as condições estipuladas neste edital, ressalvada a hipótese de impugnação;
- Que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;

- Declaramos que cumprimos integralmente, todas as normas e artigos da RESOLUÇÃO RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;
- Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;
- Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal no 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei no 8666/93;
- Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;
- Que não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal no 6615;
- Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento;
- Que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP e o conteúdo da proposta NÃO foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que estamos plenamente cientes do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-las. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina;
- Que autorizo a Prefeitura Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias;
- Que possuímos menos de 20 (vinte) funcionários em nosso quadro;

- Que seguimos todas as exigências da RDC nº 52, de 22/10/2009 – ANVISA; a RDC nº. 50/2002 e RDC nº. 63/2001;
- Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar no 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como (Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal no 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores;
- Que, dispõe de equipamentos, veículos, instalações e equipe técnica especializada para a execução do objeto do presente processo;
- Que atendemos as exigências da utilização dos procedimentos técnicos descritos no Procedimento Operacional Padrão – POP, para manipulação e transporte de produtos saneantes desinfestantes, nos termos dos Arts. 13 e 14, da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA;
- Que atendemos as exigências da inutilização e descarte de embalagens dos produtos saneantes desinfestantes, conforme o Art. 18, da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA;
- Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;
- Dispõe ou disponibilizará de, no mínimo, 01 (um) veículo para transporte dos produtos saneantes desinfetantes, conforme disciplinado no art. 14 da RDC 52/2009, ANVISA;
- Que está regular perante a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, haja vista que não é passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo MUNICIPAL, pois o mesmo não possui órgão ou secretaria específica para a emissão de licença ambiental;
- Que observamos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;
- Que dispõe de escovões, vassouras, máquina de pressão de água, caminhões pipa para limpeza de rua, modelo VW 26260, caminhão limpa fossa, caminhonete HILUX, Van para transporte de equipe, Reboques, todos com o



auxílio de equipamentos necessários. E produtos como quaternário de amônio quinta geração e peróxido de hidrogênio, produtos domissanitários para controle integrado de pragas, com equipamentos devidamente habilitados com o auxílio de nebulizadores, atomizadores e pulverizadores, polvilhadores, Agulhas, bisnagas, que vão ser aplicados conforme a localidade e necessidade. O serviço será realizado em torno da área cúbica e métrica do ambiente, fazendo a sanitização e Controle Integrado das Pragas, total do ambiente. Declaramos, ainda, que nos comprometemos a fornecer mão de obra qualificada e ferramental necessários à prestação dos serviços objeto da licitação conforme condições estabelecidas;

- Que se responsabiliza por quaisquer atos cometidos em decorrência de imprudência; negligência ou imperícia na realização dos serviços prestados a contratante;
- Que está em regularidade com o ente municipal referente a tributos mercantis ISS e TLVF;
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;
- Que toda documentação anexada ao sistema é autêntica;
- Que disponibilizará na assinatura do contrato, as quantidades especificadas dos veículos, do pessoal técnico habilitado e especializado para operar os veículos, dos equipamentos e materiais de proteção individual e coletiva -EPI's e EPC's;
- Que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária na participação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem;
- Que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- Que temos conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, inclusive os locais de execução dos

BRUNO JOSE DA SILVA
 INACIO:1055
 9475403

Assinado de forma digital por BRUNO JOSE DA SILVA
 INACIO:10559475403
 Dados: 2022.10.20 14:53:03 -03'00'



serviços, o que inclui as atuais condições e o grau de dificuldade existentes e que a empresa NÃO efetuou a visita técnica no local onde serão executadas as obras, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, em atendimento ao edital;

- Que se responsabiliza por quaisquer atos cometidos em decorrência de imprudência; negligência ou imperícia na realização dos serviços prestados a contratante;
- Que a Responsável Técnica, Isabelle, Cristhine Ferreira de Santana, Engenheira Agrônoma, Registro: 1820508617, RG Nº 8.241.274, CPF Nº 109.119.404-13, devidamente habilitada para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, e que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação;
- Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não tem condenação pelos crimes mencionados na Lei 2.272 de 11 de Maio de 2021, conforme abaixo:
 - I. Crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, previsto na Lei Federal no 11.340, de 07 de agosto de 2006 Lei Maria da Penha;
 - II. Crime de homicídio e feminicídio previstos no art. 121 do Decreto-Lei Federal no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal Brasileiro;
 - III. Crime de Racismo, previsto na Lei Federal no 7.716 de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
 - IV. Crimes considerados contra a Administração Pública, previstos no Título XI Dos Crimes Contra a Administração Pública, do Decreto-Lei Federal no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal Brasileiro;
 - V. Crimes considerados hediondos, previstos na Lei Federal no 8.072, de 25 de julho de 1.990;
- Que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;
- Declaramos que no Estado de Pernambuco a APEVIS - (Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária, não emite declaração, alvará/autorização ou Licença Sanitária Estadual, a competência para emissão desse documento é do município da sede de licitante;



- Que o colaborador tem e apresentará o cartão de identificação e habilitação no momento da prestação de serviço, conforme a CVS 09 de 16 de Novembro de 2000.

Cupira, 27 de outubro de 2022

BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
9475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20
14:53:11 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO



DECLARAÇÃO CONDIÇÕES ANÁLOGAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, em atenção ao edital do Processo Licitatório supramencionado, **DECLARA**, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004. E, não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do art. 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT no 29 e 105.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:105594
75403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20
14:51:22 -03'00

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022

SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual no 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, **Declara**, expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o serviço previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

E Que até a presente data não existem fatos supervenientes e/ou impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que não consta nos seguintes cadastros oficiais:

- Certidão de Licitantes Inidôneos – TCU (Tribunal de Contas da União);
- CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ (Conselho Nacional de Justiça);
- CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CJU (Controladoria Geral da União);
- CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CJU (Controladoria Geral da União);
- Comissão Processante Permanente da Prefeitura Municipal de Sinop/MT.

Cupira, 27 de outubro de 2022.

BRUNO JOSE
DA SILVA
INACIO:10559
475403

Assinado de forma
digital por BRUNO
JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.10.20
14:54:47 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO

BRUNO JOSE DA
SILVA
INACIO:10559475403

Assinado de forma digital por
BRUNO JOSE DA SILVA
INACIO:10559475403
Dados: 2022.08.04 15:41:18
-03'00'



DECLARAÇÃO CONJUNTA PARA FINS DE HABILITAÇÃO

A empresa **SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, e Inscrição Estadual nº 082820309, situada no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400, Zona Rural, Cupira, Pernambuco, CEP: 55.460.000 neste ato representada pelo seu SÓCIO PROPRIETÁRIO, o Sr. Bruno Jose da Silva Inácio, portador do RG 9.045.282 SDS PE e CPF 105.594.754-03, em atenção ao edital do Processo Licitatório supramencionado, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação Art. 32, §2º da Lei nº 8.666/93;
- Que não incorre nas vedações previstas no art. 9ª da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto no 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei;
- Que tenho pleno conhecimento e atendo a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, nos termos do § 4º do Art. 26 do Decreto Federal no 10.024/19;
- Que se obriga a garantir que o objeto desta licitação, serão fornecidos de acordo com as especificações definidas na proposta e no termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Que aceitamos as condições estipuladas neste edital, ressalvada a hipótese de impugnação;
- Que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;
- Declaramos que cumprimos integralmente, todas as normas e artigos da RESOLUÇÃO RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

- Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;
- Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal no 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei no 8666/93;
- Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;
- Que não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal no 6615;
- Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento;
- Que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP e o conteúdo da proposta NÃO foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que estamos plenamente cientes do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-las. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina;
- Que autorizo a Prefeitura Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias;
- Que possuímos menos de 20 (vinte) funcionários em nosso quadro;
- Que seguimos todas as exigências da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA; a RDC nº. 50/2002 e RDC nº. 63/2001;
- Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar no 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como

(Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal no 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores;

- Que, dispõe de equipamentos, veículos, instalações e equipe técnica especializada para a execução do objeto do presente processo;
- Que atendemos as exigências da utilização dos procedimentos técnicos descritos no Procedimento Operacional Padrão – POP, para manipulação e transporte de produtos saneantes desinfestantes, nos termos dos Arts. 13 e 14, da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA;
- Que atendemos as exigências da inutilização e descarte de embalagens dos produtos saneantes desinfestantes, conforme o Art. 18, da RDC no 52, de 22/10/2009 – ANVISA;
- Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;
- Dispõe ou disponibilizará de, no mínimo, 01 (um) veículo para transporte dos produtos saneantes desinfetantes, conforme disciplinado no art. 14 da RDC 52/2009, ANVISA;
- Que está regular perante a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, haja vista que não é passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo MUNICIPAL, pois o mesmo não possui órgão ou secretaria específica para a emissão de licença ambiental;
- Que observamos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;
- Que dispõe de escovões, vassouras, máquina de pressão de água, caminhões pipa para limpeza de rua, modelo VW 26260, caminhão limpa fossa, caminhonete HILUX, Van para transporte de equipe, Reboques, todos com o auxílio de equipamentos necessários. E produtos como quaternário de amônio quinta geração e peróxido de hidrogênio, produtos domissanitários para controle integrado de pragas, com equipamentos devidamente habilitados com o auxílio de nebulizadores, atomizadores e pulverizadores, polvilhadores, Agulhas,

bisnagas, que vão ser aplicados conforme a localidade e necessidade. O serviço será realizado em torno da área cúbica e métrica do ambiente, fazendo a sanitização e Controle Integrado das Pragas, total do ambiente. Declaramos, ainda, que nos comprometemos a fornecer mão de obra qualificada e ferramental necessários à prestação dos serviços objeto da licitação conforme condições estabelecidas;

- Que se responsabiliza por quaisquer atos cometidos em decorrência de imprudência; negligência ou imperícia na realização dos serviços prestados a contratante;
- Que está em regularidade com o ente municipal referente a tributos mercantis ISS e TLVF;
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;
- Que toda documentação anexada ao sistema é autêntica;
- Que disponibilizará na assinatura do contrato, as quantidades especificadas dos veículos, do pessoal técnico habilitado e especializado para operar os veículos, dos equipamentos e materiais de proteção individual e coletiva -EPI's e EPC's;
- Que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária na participação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem;
- Que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- Que temos conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, inclusive os locais de execução dos serviços, o que inclui as atuais condições e o grau de dificuldade existentes e que a empresa NÃO efetuou a visita técnica no local onde serão executadas as obras, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os

serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, em atendimento ao edital;

- Que se responsabiliza por quaisquer atos cometidos em decorrência de imprudência; negligência ou imperícia na realização dos serviços prestados a contratante;
- Que a Responsável Técnica, Isabelle, Cristhine Ferreira de Santana, Engenheira Agrônoma, Registro: 1820508617, RG Nº 8.241.274, CPF Nº 109.119.404-13, devidamente habilitada para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, e que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação;
- Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não tem condenação pelos crimes mencionados na Lei 2.272 de 11 de Maio de 2021, conforme abaixo:
 - I. Crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, previsto na Lei Federal no 11.340, de 07 de agosto de 2006 Lei Maria da Penha;
 - II. Crime de homicídio e feminicídio previstos no art. 121 do Decreto-Lei Federal no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal Brasileiro;
 - III. Crime de Racismo, previsto na Lei Federal no 7.716 de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
 - IV. Crimes considerados contra a Administração Pública, previstos no Título XI Dos Crimes Contra a Administração Pública, do Decreto-Lei Federal no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal Brasileiro;
 - V. Crimes considerados hediondos, previstos na Lei Federal no 8.072, de 25 de julho de 1.990;
- Que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;
- Declaramos que no Estado de Pernambuco a APEVIS - (Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária, não emite declaração, alvará/autorização ou Licença Sanitária Estadual, a competência para emissão desse documento é do município da sede de licitante;
- Que o colaborador tem e apresentará o cartão de identificação e habilitação no momento da prestação de serviço, conforme a CVS 09 de 16 de novembro de 2000.

Cupira, 04 de agosto de 2022

BRUNO JOSE DA	Assinado de forma digital
SILVA	por BRUNO JOSE DA
INACIO:10559475	SILVA
403	INACIO:10559475403
	Dados: 2022.08.04
	15:42:29 -03'00'

Bruno Jose da Silva Inácio
SÓCIO PROPRIETÁRIO





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	33.614.013/0001-00	DUNS®:	89*****10
Razão Social:	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA		
Nome Fantasia:	GRUPO SECO DELIVERY EXPRESS		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	21/12/2022
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Micro Empresa		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	20/03/2023
FGTS	Validade:	24/10/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	05/04/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	21/12/2022
Receita Municipal	Validade:	21/11/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:	31/03/2023
-----------	------------

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 21/10/2022 10:47

CPF: 105.594.754-03 Nome: BRUNO JOSE DA SILVA INACIO

Ass: _____



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 33.614.013/0001-00
Razão Social: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Atividade Econômica Principal:

8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS

Endereço:

SITIO SERRA VERDE DE APRIGIO, 400 - ZONA RURAL - Cupira / Pernambuco

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Emitido em: 21/10/2022 10:41

Data da consulta: 25/08/2022 11:37:52

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **33.614.013/0001-00**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 14/05/2019**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)

Acesso Livre Alto Contraste

Impressão Salto Conteúdo



Relação de Contribuinte de ICMS SINTEGRA >

Identificação

Inscrição Estadual do Contribuinte	0528202405
CPF/CNPJ	03.914.013/0001-00
Razão Social	SECO AMBIENTAL SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
Nome Fantasia	GRUPO SECO DELIVERY EXPRESS

Endereço

Cidade	55.480-000
Rua	SITIO SERRA VERDE DE ABRILIO
Número	400
Complemento	
Bairro	ZONA RURAL
Município	CUPIRA
Município BGE	5004
Estado	PE
Telefone	81 79100800
E-mail	AMAROUNM2SCONTABILIDADE@COM.BR

Informações Complementares

Natureza Jurídica	SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA
Capital Social	500.000,00
Regime	SIMPLES NACIONAL
Situação Tributária	ATIVO
Situação Contribuinte	ATIVO
Data desta Situação	14/05/2019
Código Interno (CIS)	SIM
Arrecadação	

Atividades Econômicas

Atividade Principal	8121-400
Atividade Secundária	8121-400 LIMPEZA EM PREÇOS E EM DOMÍLIOS 8240-100 ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AERÉOS, EXCETO OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM 4929-603 ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAIS 0161-001 SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS 4929-501 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE PRECATORIO, MUNICIPAL 4520-005 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES 7740-300 GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS 4523-002 SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA 4523-001 SERVIÇO DE TAXI 3900-500 DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS 7723-300 ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JOIAS E ACESSÓRIOS 8011-401 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA 4795-005 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMESTICÁRIOS 0521-602 SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL 4521-202 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL EM REGIÃO METROPOLITANA 5021-201 UTMÓVEL 4921-301 TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL 3702-800 ATIVIDADES RELACIONADAS A ESCOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES 0522-402 SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS 4130-403 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES 4130-404 SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL 1412-501 CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECIONADAS SOB MEDIDA 7711-000 LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR 4300-401 IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL 9001-701 LAVANDERIAS 0122-200 IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos à posterior confirmação pelo Efisco.
 Consulta realizada: Quinta-Feira, 21 de Setembro de 2022 às 16:01:44.

Volta! (v)

BONITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO (PE)
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Atestado de Capacidade Técnica

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO TIPO PULVERIZAÇÃO, DESCONTAMINAÇÃO CONTRA O VÍRUS DO COVID-19, SANITIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS E DEMAIS VÍRUS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE OUTRO LADO, A EMPRESA BRUNO JOSÉ DA SILVA INÁCIO, CONFORME CONTRATO DE Nº 016/2021, REALIZADO BIMESTRALMENTE.

SERVICOS ESPECIFICADOS DE PULVERIZACAO, DESCONTAMINACAO, SANITIZACAO, CONTROLE DE PRAGAS E DEMAIS VIRUS, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA QUE SEJAM DESINFECTADAS PARA MAIOR SEGURANCA DOS ALUNOS, PROFESSORES E TODA EQUIPE DE COORDENADORES, PARA O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS. CONFORME CONTRATO DE Nº 0075 2022

Atestamos, para fins de prova, aptidão e desempenho e atestado, que a empresa Seco Ambiental, Serviços, Pesquisas e Construtora LTDA, CNPJ sob o nº 33.614.013/0001-00, prestou serviços desinfecção, Sanitização, CIP (Controle Integrado de Pragas) utilizando todas as técnicas, domissanitários e equipamentos necessários a cada local, continuamente de maio de 2021 a Setembro de 2022, compreendendo dedetização, desratização, descupinização, desinsetização afugentamento de aves e pombos nas unidades educacionais e de saúde do município, desta forma atestamos que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

Quantidade total: Descontaminação: 362.480,00 M²; Sanitização: 362.480,00 M²; Desinsetização: 362.480,00 M²; Dedetização: 362.480,00 M²; Desratização: 362.480,00 M²; Descupinização: 362.480,00 M²; Afugentamento de aves: 362.480,00 M²

Total: 2.537.363,04M²

ITEM	LOCAL	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUIDA (M2)
01	COLÉGIO MUL. PAULO VIANA DE QUEIROZ	AV. DR. JOAQUIM NABUCO, 316, CACHOEIRA	
02	ESC. MUL. ZÉ CARIOCA	1ª TRAV. AGAMENON MAGALHÃES, 80, BOA VISTA	2.520,70
03	ESC. MUL. ARTUR TAVARES DE MELO	RUA CEL. ABDIAS VILAR, 476, CACHOEIRA	854,00
04	ESC. MUL. ARLINDO CAVALCANTI	RUA JOAO CÂNCIO DE MELO, 258, VELOSOS	1.040,54
05	ESC. MUL. BENJAMITA CARDONA PEREIRA	RUA HELIO P. GUERRA, SN, COHAB	599,18
06	ESC. MUL. MARIA DO CARMOCELHO DE MELO	AV. ADV. MARIA DE F. GUERRA, 635, COHAB	370,37
07	ESCOLA MUL. CÍCERO FRANKLIN CORDEIRO	RUA PROFA. MARIA DAS MERCÊS, 163, COHAB	1.371,25
08	CRECHE MUL. TIA LÓ	RUA FELIX PORTELA, SN, SALGADO	564,50
09	CRECHE MUL. LÍVIA SOARES CARNEIRO LEÃO	RUA JOÃO CÂNCIO DE MELO, 973, VELOSO	335,65
10	CRECHE MUL. PEDRO MURILO	RUA S/D- 70- AGROVILA, 80, CENTRO	564,47
11	ESC. INTERMEDIÁRIA JOÃO XXIII	RUA CEL. TIBURCIO- ALTO BONITO- 429, CENTRO	1.118,48
12	ESC. MUL. MANOEL BERNARDINO FILHO	RUA PE. JOÃO DINIZ, 46 ALTO BONITO- CENTRO	1.831,32
13	ESC. MUL. BERNARDO SAVÃO	SÍTIO COLÔNIA RIO BONITO, 380, ZONA RURAL	350,20
			1.065,90

Rua Cônego Cavalcanti, nº 40 – Centro – CEP 55.680-000 – Bonito – PE
CNPJ 10.121.515/0001-01 – Fones: (81) 3737-0705 / 3737-0709

Carbônio Paulo Arruda - Serviço Notarial e Registral
Rua P. Félix Barreto, 30 - Centro - Cupira/PE Fone: (81) 3738-1403
Paulo Romero de Arruda - Tabelião
certificadigital@pbarruda.com.br

Certifico que a presente cópia, apresentada por BRUNO JOSÉ DA SILVA INÁCIO é uma reprodução fiel do original que me foi exibida. Dou fé. Cupira/PE, 14/10/2022
14:29:12. Emol: R\$ 4,06 TSNR: R\$ 0,81 Total: 4,99
AU-13-17144

Précila Mary da Silva - Escrevente
0673916.57208202201.01503
Selo Digital: Consulte autenticidade em: www.jus.br/verificador

BONITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO (PE)
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

14	ESCOA JOSÉ PIAUHYLINO DE MELO	RUA DO COMERCIO, 490 CENTRO- BENTM	1.474,34
15	ESC. MUL. BARRA AZUL	ENGEN BARRA AZUL, 340, ZONA RURAL	279,00
16	ESC. MUL. JOSÉ PEDRO SOARES	SIT RODEADOR, 200, ZONA RURAL	913,12
17	ESC. MUL. MANOEL DE QUEIROZ LIMA	DIST. ESTREITO DO NORTE, 220, ESTREITO	787,40
18	ESC. MUL. JOSÉ CABRAL DE SOUZA VIANA	SIT BOA VISTA, 300, ZONA RURAL	150,30
19	ESC. MUL. TABELÃO ANTÔNIO CÉSAR	SIT. BANANEIRA DO CURVEIRO, 280, ZONA RURAL	146,65
20	ESC. MUL. DR. ANTÔNIO PORTELA JÚNIOR	SIT CARRILHO, 150, ZONA RURAL	244,08
21	ESC. MUL. DJANIRA PEREIRA DA SILVA	ENGEN PENDANGA, 440, ZONA RURAL	143,98
22	ESC. MUL. MARIA JOSÉ DESOUSA LEÃO ANTUNES	ENGEN SERRO AZUL, 450, ZONA RURAL	109,00
23	ESC. MUL. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	ENGEN PARÁ, 320, ZONA RURAL	149,98
24	ESC. MUL. ENGENHO MOSCOU	ENGEN MOSCOU, 400, ZONA RURAL	158,80
25	ESC. MUL. JOSÉ MARIANO DA SILVA	SIT MUCURI, 350, ZONA RURAL	240,57
26	ESC. MUL. DOM HELDER CÂMARA	ENGEN GUARETAMA, 410, ZONA RURAL	212,75
27	ESC. MUL. HERCÍLIO VILA NOVA	ENGEN MÁGICO, 330, ZONA RURAL	166,00
28	ESC. MUL. MANOEL MARCELINO DE LIMA	SIT IMBIRIBEIRA, 260- ZONA RURAL	158,65
29	ESC. MUL. MANOEL BATISTA DE LIMA	SIT QUILONGÁ, 250- ZONA RURAL	202,00

Registro aqui ainda, que os serviços acima referidos, apresentaram bom desempenho operacionais, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, desempenho operacional, não constatando fatos que desabonem sua conduta técnica, operacional e comercial.

Bonito, 10 de Outubro de 2022

MUNICÍPIO DE BONITO
GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR
PREFEITO

Cartório Paulo Arruda - Serviço Notarial e Registral
Rua Pe. Félix Barreto, 30 - Centro - Cupira/PE Fone: (81) 3798-1403
Paulo Romero da Arruda - Tabelião - cartorio@cupira@yahoo.com.br



Certifico que a presente cópia, apresentada por **BRUNO JOSÉ DA SILVA INÁCIO** é uma reprodução fiel do original que me foi exibida. Dou fé. Cupira/PE, 14/10/2022 14:29:12. Emol: R\$ 4,06 TSNR: R\$ 0,81 Total: 4,99. AU-13-17144

Priecila Marly da Silva - Escrevente
Selo Digital: 0073916.SZC06202201.02220
Consulte autenticidade em: www.tps.tus.br/selodigital



SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2022.000007002969-55

Data de Emissão: 21/10/2022

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/ Razão Social: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Endereço: SITIO SERRA VERDE DE APRIGIO, 400

Bairro: ZONA RURAL

Município: CUPIRA

Inscrição Estadual: 0828203-09 CNPJ: 33.614.013/0001-00 CNAE Principal: 8121-4/00 CEP: 55.460-000

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o contribuinte supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido contribuinte.

Esta Certidão é válida até **18/01/2023**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE
INABILITADOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **BRUNO JOSE DA SILVA INACIO**

CPF: **105.594.754-03**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:41:30 do dia 21/10/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 6GJ7211022154130

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA**

CPF/CNPJ: **33.614.013/0001-00**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).



Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:40:42 do dia 21/10/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **IVHD211022154042**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

 <div style="text-align: center;"> Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR </div> 			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
6535441	26/04/2022	26/04/2022	26/07/2022
Dados básicos:			
CNPJ : 03.237.990/0001-74			
Razão Social : KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA			
Nome fantasia : KELLDRIIN INDUSTRIAL			
Data de abertura : 19/06/1999			
Endereço:			
logradouro: VLA VIA PRIMARIA 01-D S/N QD 02 MOD 05 DIST.AGROIN			
N.º:	S/N	Complemento:	QUADRA 02, MODULO 05
Bairro:	DAIA	Município:	ANAPOLIS
CEP:	75132-035	UF:	GO
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
15-9	Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		XNQL7HMNG9P91C9X	

Consultas / Saneantes - Produtos Registrados / Saneantes - Produtos Registrados

Detalhe do Produto: KELLMAT RATICIDA GRANULADO

Nome da Empresa	KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME		
CNPJ	03.237.990/0001-74	Autorização	3.02.522-1
Nome Comercial	KELLMAT RATICIDA GRANULADO		
Classe Terapêutica	RATICIDA DE VENDA LIVRE		
Registro	325220042		
Processo	25351.393003/2009-71		
Vencimento do registro	08/09/2029		
Situação do Produto	ATIVO		

Rótulo

Visualizar 1º rótulo

Visualizar 2º rótulo

Apresentação <input type="button" value="ATIVA"/>	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
SACHET	GRANULO	1	08/09/2009
Validade	24 meses	Registro	3252200420013
Princípio Ativo			
Embalagem	• Primária - SACHET		
Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais • KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME - ANÁPOLIS - BRASIL Fabricantes Internacionais [sem dados cadastrados]		
Via de Administração	[sem dados cadastrados]		
IFA único	Não		
Conservação	INDICADO NO TEXTO DE ROTULAGEM		

Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]
Destinação	[sem dados cadastrados]
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	[sem dados cadastrados]
Medicamento de referência	Não
Apresentação fracionada	Não

[Voltar](#)

Consultas / Saneantes - Produtos Registrados / Saneantes - Produtos Registrados

Detalhe do Produto: KELLMAT RATICIDA PÓ DE CONTATO

Nome da Empresa	KELLDRI INDUSTRIAL LTDA - ME		
CNPJ	03.237.990/0001-74	Autorização	3.02.522-1
Nome Comercial	KELLMAT RATICIDA PÓ DE CONTATO		
Classe Terapêutica	RATICIDA DE VENDA LIVRE		
Registro	325220083		
Processo	25351.370592/2017-01		
Vencimento do registro	11/09/2027		
Situação do Produto	ATIVO		

Rótulo

Visualizar 1º rótulo

Apresentação ATIVA	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
FRASCO DE PLASTICO OPACO	PO DE CONTATO(TRACKING POWDER)	1	11/09/2017
Validade	24 meses	Registro	3252200830017
Princípio Ativo			
Embalagem	<ul style="list-style-type: none"> Primária - FRASCO DE PLASTICO OPACO 		
Local de Fabricação	<p>Fabricantes Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> KELLDRI INDUSTRIAL LTDA - ME - ANÁPOLIS - BRASIL <p>Fabricantes Internacionais</p> <p>[sem dados cadastrados]</p>		
Via de Administração	[sem dados cadastrados]		
IFA único	Não		

Conservação	INDICADO NO TEXTO DE ROTULAGEM
Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]
Destinação	[sem dados cadastrados]
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	[sem dados cadastrados]
Medicamento de referência	Não
Apresentação fracionada	Não

[Voltar](#)

Consultas / Saneantes - Produtos Registrados / Saneantes - Produtos Registrados

Detalhe do Produto: KELLMAT-PRO

Nome da Empresa	KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME		
CNPJ	03.237.990/0001-74	Autorização	3.02.522-1
Nome Comercial	KELLMAT-PRO		
Classe Terapêutica	RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS		
Registro	325220061		
Processo	25351.066872/2013-03		
Vencimento do registro	01/07/2028		
Situação do Produto	ATIVO		

Rótulo

Visualizar 1º rótulo

Apresentação <input type="button" value="ATIVA"/>	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
FRASCO DE PLASTICO OPACO	PO DE CONTATO(TRACKING POWDER)	1	01/07/2013
Validade	24 meses	Registro	3252200610017
Princípio Ativo			
Embalagem	<ul style="list-style-type: none"> Primária - FRASCO DE PLASTICO OPACO 		
Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais <ul style="list-style-type: none"> KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME - ANÁPOLIS - BRASIL Fabricantes Internacionais <p>[sem dados cadastrados]</p>		
Via de Administração	[sem dados cadastrados]		
IFA único	Não		

Conservação	CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]
Destinação	[sem dados cadastrados]
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	[sem dados cadastrados]
Medicamento de referência	Não
Apresentação fracionada	Não

[Voltar](#)

Consultas / Saneantes - Produtos Registrados / Saneantes - Produtos Registrados

Detalhe do Produto: KELLMAT RATICIDA SEMENTES DE CEREAIS

Nome da Empresa	KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME		
CNPJ	03.237.990/0001-74	Autorização	3.02.522-1
Nome Comercial	KELLMAT RATICIDA SEMENTES DE CEREAIS		
Classe Terapêutica	RATICIDA DE VENDA LIVRE		
Registro	325220072		
Processo	25351.614812/2014-96		
Vencimento do registro	03/11/2029		
Situação do Produto	ATIVO		

Rótulo	
Visualizar 1º rótulo	Visualizar 2º rótulo

Apresentação ATIVA	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
SACO PLASTICO	ISCA GRANULADA	1	03/11/2014
Validade	24 meses	Registro	3252200720017
Princípio Ativo			
Embalagem	• Primária - SACO PLASTICO		
Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais • KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME - ANÁPOLIS - BRASIL Fabricantes Internacionais [sem dados cadastrados]		
Via de Administração	[sem dados cadastrados]		
IFA único	Não		
Conservação	CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE		

Restrição de prescrição	<i>[sem dados cadastrados]</i>
Restrição de uso	<i>[sem dados cadastrados]</i>
Destinação	<i>[sem dados cadastrados]</i>
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	<i>[sem dados cadastrados]</i>
Medicamento de referência	Não
Apresentação fracionada	Não

[Voltar](#)

Consultas / Saneantes - Produtos Registrados / Saneantes - Produtos Registrados

Detalhe do Produto: PODEROSO 25CE

Nome da Empresa	KELDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME		
CNPJ	03.237.990/0001-74	Autorização	3.02.522-1
Nome Comercial	PODEROSO 25CE		
Classe Terapêutica	INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS		
Registro	325220039		
Processo	25351.799087/2008-63		
Vencimento do registro	27/04/2029		
Situação do Produto	ATIVO		

Rótulo

Visualizar 1º rótulo

Apresentação ATIVA	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
FRASCO	LIQUIDO	1	27/04/2009
Validade	24 meses	Registro	3252200390017
Princípio Ativo			
Embalagem	<ul style="list-style-type: none"> Primária - FRASCO 		
Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais <ul style="list-style-type: none"> KELDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME - ANÁPOLIS - BRASIL Fabricantes Internacionais <p>[sem dados cadastrados]</p>		
Via de Administração	[sem dados cadastrados]		
IFA único	Não		
Conservação	CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE		



Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]
Destinação	[sem dados cadastrados]
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	[sem dados cadastrados]
Medicamento de referência	Não
Apresentação fracionada	Não

Apresentação ATIVA	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
BOMBONA PLÁSTICA	LIQUIDO	2	27/04/2009
Validade	24 meses	Registro	3252200390025
Princípio Ativo			
Embalagem	<ul style="list-style-type: none"> Primária - BOMBONA PLASTICA 		
Local de Fabricação	<p>Fabricantes Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> KELLDRIIN INDUSTRIAL LTDA - ME - ANÁPOLIS - BRASIL <p>Fabricantes Internacionais</p> <p>[sem dados cadastrados]</p>		
Via de Administração	[sem dados cadastrados]		
IFA único	Não		
Conservação	CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE		
Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]		
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]		
Destinação	[sem dados cadastrados]		
Restrito a hospitais	Não Informado		
Tarja	[sem dados cadastrados]		

14/01/2021

Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Medicamento de referência	Não
Apresentação fracionada	Não
<div>Voltar</div>	

 <p>Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</p> <p>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO</p> <p>N.º de registro no banco de dados do Ibama: 6535441</p> <p>CPF/CNPJ: 03.237.996/0001-74</p> <p>Nome/Razão Social/Endereço KELDRIN INDUSTRIAL LTDA VIA VIA PRIMARIA 01-D S/N QD 02 MOD 05 DIST.AGROIN DATA ANAPOLIS/GO 75132-035</p> <p>Atividades Potencialmente Poluidoras Categoria / Detalhe Indústria Química / Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas</p>	 <p>Observações:</p> <p>1 - Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e de uso obrigatório nos casos legalmente determinados. Para qualquer orientação de natureza cadastral, procure a unidade local do cadastro do IBAMA.</p> <p>2 - Para verificar a regularidade desta pessoa junto ao IBAMA, visite http://www.ibama.gov.br e procure Serviços On-Line, depois Consulta de Regularidade.</p> <p>3 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente.</p> <p>4 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema.</p> <p>5 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente.</p> <p>6 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.</p> <p>Data de emissão: 16/05/2019 Autenticação: 6f15.618x.dwb1.a84s</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
707763	23/06/2022	20/06/2022	20/09/2022

Dados básicos:

CNPJ :	60.744.463/0001-90
Razão Social :	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
Nome fantasia :	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
Data de abertura :	11/01/2001

Endereço:

logradouro:	RUA DOUTOR RUBENS GOMES BUENO		
N.º:	691	Complemento:	11 E 13 ANDARES
Bairro:	VÁRZEA DE BAIXO	Município:	SAO PAULO
CEP:	04730-000	UF:	SP

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTE/APP**

Código	Descrição
21-62	Manutenção de área passível de Ato Declaratório Ambiental - Lei nº 6.938/1981: art. 17-O
18-17	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Convenção de Estocolmo / PI nº 292/1989

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTE/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	EJWQZ2UBHILDCSWM
-----------------------	------------------

Certificada

Certifico que **Bruno José da Silva Inácio**,

CPF: 105.594.754-03 , RG: 9045282, 26 anos,

da empresa *Seco Ambiental, Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*,

CNPJ: 033.614.013/0001-00,

com sede à Sítio Serra Verde de Aprígio, 400 - Zona Rural - Cupira/PE,

participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2021, com carga horária de 20 horas/aula,

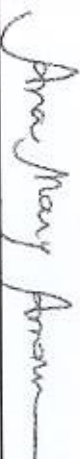
conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2020 da ADAGRO,

para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam

serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2021



Amorim Consultoria Ltda
Rua Abelardo, 85 - Caixa Postal 357 - Graças, Recife/PE - CEP: 52.050-310
Fone: (81) 98823-6211

Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.

Vencimento: Dezembro/2023

Carteúda Programática

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 052/2009, suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e triplice lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAGRU. Ele não substitui em nenhum momento o certificado da ADAGRU.

Certificada

Certifico que **José Severino Inácio**,

CPF: 848.142.684-91, RG: 30913708, 46 anos,

da empresa *Seco Ambiental, Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*,

CNPJ: 033.614.013/0001-00,

com sede à Sítio Serra Verde de Abrígio, 400 - Zona Rural - Cupira/PE,

participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2021, com carga horária de 20 horas/aula,

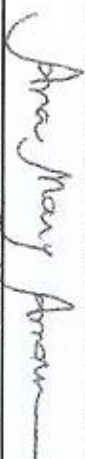
conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2020 da ADAGRO,

para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam

serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2021



Ana Mary Amorim

Rua Abelardo, 45 - Caixa Postal 357 - Graças, Recife/PE - CEP: 52.050-310

Fone: (81) 98823-6221

Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.

Vencimento: Dezembro/2023

Carteúda Pragmática

Carga horária: 20h/a

- RDC n° 052/2009, suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e tríplíce lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAGRO. Ele não substitui em nenhum momento o certificado do ADAGRO.

Certificada

Certifico que **Alex Edmilson da Silva**,

CPF: 095.407.154-90 , RG: 8402237, 29 anos,

da empresa *Seco Ambiental, Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*,

CNPJ: 033.614.013/0001-00,

com sede à Sítio Serra Verde de Aprígio, 400 - Zona Rural - Cupira/PE,

participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2021, com carga horária de 20 horas/aula,

conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2020 da ADAGRO,

para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam

serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2021



Amorim Consultoria Ltda
Rua Albeardo, 45 - Caixa Postal 357 - Graças, Recife/PE - CEP: 52.050-340
Fone: (81) 98823-6211

*Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.
Vencimento: Dezembro/2023*

Cateúda Pragmática

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 052/2009, suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e tríplice lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos;
- Avaliação.

Obs: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAGRO. Ele não substitui em nenhum momento o certificado da ADAGRO.

Certificada

Certifico que **Isabelle Cristhine Ferreira de Santana**,

CPF: 109.119.404-13 , RG: 8241274, 26 anos,

da empresa *Seco Ambiental, Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*,

CNPJ: 033.614.013/0001-00,

com sede à Sítio Serra Verde de Aprigio, 400 - Zona Rural - Cupira/PE,

participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2021, com carga horária de 20 horas/aula,

conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2020 da ADAGRO,

para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam

serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2021



Amorim Consultoria Ltda

Rua Abelardo, 45 - Caixa Postal 357 - Graças, Recife/PE - CEP: 52.050-310
Fone: (81) 98623-6211

Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.

Vencimento: Dezembro/2023

Carteira Programática

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 052/2009, suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e tríplice lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAGRU. Ele não substitui em nenhum momento o certificado da ADAGRU.

Certificada

Certifico que **Rafael Vitor Barth**,

CPF: 057.831.339-14, RG: 97817570, 36 anos,

da empresa *Seco Ambiental Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*, CNPJ: 33.614.013/0001-00,
com sede no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400 – Zona Rural – Cupira/PE,
participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2022, com carga horária de 20 horas/aula,
conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2019 da ADAGRO,
para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam
serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2022

**Amorim
Consultoria**

Ana Mary Amorim

Amorim Consultoria Ltda
Rua Abelardo, 45 - Caixa Postal 357 - Gracás, Recife/PE - CEP: 52.050-310
Fone: (81) 98823-6211
CNPJ: 16.096.052/0001-43

Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.
Vencimento: Abril/2024

Carteira Prática

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 622/2022 e suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e triplíce lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos, etc;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADA-GRO. Ele não substitui em nenhum momento o certificado da ADA-GRO.

Certificada

Certifico que **Rodrigo de Oliveira Souza**,

CPF: 224.588.628-37, RG: 30688834, 38 anos,

da empresa *Seco Ambiental Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*, CNPJ: 33.614.013/0001-00,
com sede no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400 – Zona Rural – Cupira/PE,
participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2022, com carga horária de 20 horas/aula,
conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2019 da ADAGRO,
para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam
serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2022

**Amorim
Consultoria**

Ana Mary Amorim

Amorim Consultoria Ltda
Rua Abelardo, 45 – Caixa Postal 357 – Graciosa, Recife/PE - CEP: 52.050-310
Fone: (81) 98823-6211
CNPJ: 16.096.052/0001-43

*Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.
Vencimento: Abril/2024*

Carteira Prática

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 622/2022 e suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e triplíce lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos, etc;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAGRO. Ele não substitui em nenhum momento o certificado da ADAGRO.

Certificada

Certifico que **Paulo Emerson Pimenta Ribeiro**,

CPF: 038.670.033-36, RG: 027844692004-9, 33 anos,

da empresa *Seco Ambiental Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*, CNPJ: 33.614.013/0001-00,
com sede no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400 – Zona Rural – Cupira/PE,
participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2022, com carga horária de 20 horas/aula,
conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2019 da ADAGRO,
para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam
serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2022

**Amorim
Consultoria**

Ana Mary Amorim

Amorim Consultoria Ltda
Rua Abelardo, 45 – Caixa Postal 357 – Grapá, Recife/PE - CEP: 52.050-310
Fone: (81) 98823-6211
CNPJ: 16.086.052/0001-43

Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.
Vencimento: Abril/2024

Carteira Praguicida

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 622/2022 e suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes desinfetantes;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e tripla lavagem de embalagens vazias dos saneantes desinfetantes;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos, etc;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAIRO. Ele não substitui em nenhum momento o certificado do ADAIRO.

Certificada

Certifico que **Josenaldo Vieira Reis Filho**,

CPF: 033.605.653-20, RG: 214460120026, 37 anos,

da empresa *Seco Ambiental Serviços, Pesquisas e Construtora Ltda*, CNPJ: 33.614.013/0001-00,
com sede no Sítio Serra Verde de Aprígio, 400 – Zona Rural – Cupira/PE,
participou do Curso de

Formação Técnica para Aplicadores de Saneantes Domissanitários

realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2022, com carga horária de 20 horas/aula,
conforme NR 31 e Portarias 031/2019 e 019/2019 da ADAGRO,
para renovação de registro e/ou abertura de empresas que realizam
serviços de controle de pragas urbanas.

Ana Mary Amorim

Credenciamento ADAGRO nº 002/2022



**Amorim
Consultoria**

Ana Mary Amorim

Amorim Consultoria Ltda
Rua Aldeardo, 45 - Caixa Postal 357 - Graças, Recife/PE - CEP: 52.050-310
Fone: (81) 98823-6211
CNPJ: 16.096.052/0001-43

Este certificado tem validade de 02 (dois) anos.
Vencimento: Abril/2024

Carteira de Pragas Urbanas

Carga horária: 20h/a

- RDC nº 622/2022 e suas atualizações;
- Noções de Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Percepção de risco;
- Informações do rótulo, classificação, DL 50 e tipos de formulação;
- Fichas de Informação de Produtos Químicos – FISPQ;
- Condições para o transporte, armazenamento, preparo e aplicação;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal e coletiva;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;
- Forma de exposição direta e indireta a saneantes domissanitários;
- ASO e Exames Periódicos Obrigatórios conforme legislação trabalhista;
- Sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros e doenças associadas a exposição ocupacional;
- Tecnologia de aplicação, destinação e tríplice lavagem de embalagens vazias dos saneantes domissanitários;
- Tratamento e destino final de rejeitos e sobras das pulverizações;
- Noções de controle de roedores, baratas, formigas, moscas, escorpiões e cupins;
- Ergonomia - posturas incorretas, esforços repetitivos, etc;
- Avaliação.

OBS: Este certificado deve ser apresentado aos clientes juntamente com o DOCUMENTO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ADAGRO. Ele não substitui em nenhum momento o certificado da ADAGRO.